**ATA - TRE/PRE/DG/GT\_PORTALTRANSPARENCIA**

|  |  |
| --- | --- |
| **ATA DE REUNIÃO – GT\_PORTALTRANSPARÊNCIA** | |
| **Data** | **Local** |
| **04.04.2023 (terça-feira)** | Zoom |
| **Horário Início/Fim** | **Convocação** |
| 10h às 11h30m | GT\_PORTALTRANSPARÊNCIA |

# Ø PARTICIPANTES

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **NOME** | **ÁREA** | **PRESENÇA** |
| Eduardo Nagata | AGPI | Presente |
| Wanderson Bezerra | GABCRE/CPAI | Presente |
| Ninfa Chaparro | GABPRE | Ausente |
| Mônica Aguni | CRIP/SJ | Presente |
| Denise Bossay | CSDJ/SJ | Presente |
| Fabiane Carvalho | NGP/SGP | Presente |
| Carmem Miquilino | NSA/SAF | Presente |
| Ladislau de Oliveira | NEST/AGPI | Presente |
| Waldercy Estevez | OUV | Ausente |
| Heloisa Seraphim | ASCOM | Presente |
| Cristiane Paukouski | SPGE/COPEG | Ausente |
| Fabiana Ramalho | NTI/STI | Ausente |
| Alexandre Cícero | SAF | Ausente |
| Nivaldo Azevedo | AUDIN | Presente |

**Ø OBJETIVOS**

Nos termos dos incisos I, II e III, do art. 1º, da Portaria PRE n.º 124/2021 (ID 1017924), a Comissão Multidisciplinar GT\_PORTALTRANSPARÊNCIA se reuniu na data de hoje para conferência das informações veiculadas em portal da transparência deste Regional, na rede mundial de computadores, com registro das deliberações que seguem abaixo:

# Ø DISCUSSÃO DA PAUTA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **TEMA** | **PROPOSTAS, DISCUSSÕES E DECISÕES** | **RESPONSÁVEL** |
| **Portal da Transparência** | Aberta a reunião, a unidade convocante informou acerca da expedição da Portaria CNJ n.º 57/2023 (1407804) , bem como de seu glossário (ID 1419987), contendo o regramento do Ranking da Transparência do exercício 2023.  Destacou acerca da importância de que cada gestor confira os conteúdos sob sua responsabilidade, se as informações estão em dados abertos, mencionando a aceitação do padrão *rtf* para dados e, *csv* para planilhas.  Ato contínuo, passou a revisar item a item e suas eventuais mudanças, itens inéditos e necessidades de adaptações, conforme tabela abaixo, com as respectivas ressalvas e respostas das unidades responsáveis. Com relação aos itens não mais exigidos pelo CNJ, mencionou haver deslocados para outra tabela na página da transparência deste Tribunal (ITENS RELACIONADOS EM NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, EM  EXERCÍCIOS PRETÉRITOS), de modo a mantê-los em repositório de fácil recuperação se acaso o órgão de controle cobrá-los novamente.  Por fim, consolidou-se entendimento de que as providências apontadas nesta reunião terão prazo para execução até o dia 20/04/23, porquanto os links comprobatórios deverão ser enviados ao CNJ até o dia 28/04, concedendo ao GT tempo hábil para eventuais correções ou ajustes. | GT |

* Comparativo Ranking da Transparência 2022 x 2023

Ranking da Transparência 2022

**Ranking da Transparência 2023**

Item Informação /

Link GESTÃO

O órgão publica:

[Fundamento](https://atos.cnj.jus.br/files/compilado23051020220428626b1da6ae130.pdf) [legal](https://atos.cnj.jus.br/files/compilado23051020220428626b1da6ae130.pdf)

Pontos[Glossário 2022](https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/04/glossario-do-ranking-da-transparencia-2022-versao2-25-4.pdf)

Item Informação /

Art. 6º, I, da Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

Link GESTÃO

O órgão publica:

[Planejamento](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [Estratégico](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [Institicional,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [evidenciando](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

[Fundamento](https://atos.cnj.jus.br/files/original15595220230313640f487813148.pdf) [legal](https://atos.cnj.jus.br/files/original15595220230313640f487813148.pdf)

PontosGlossário 2023

Novidades 2023

Manifestações unidades

Alterações identificadas - AGPI/DG

[Objetivos](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [estratégicos,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [metas e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [indicadores?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

O órgão deverá apresentar página com a publicação do seu plano estratégico vigente que compreende o período de 2021-2026. Nesse documento é

O órgão deverá apresentar link para a localização, em página de acesso público, do seu plano estratégico institucional relativo ao sexênio vigente (2021-2026). Nesse documento é imperativo que se consiga identificar os objetivos estratégicos,indicadores de

imperativo que se consiga identificar os objetivos 1 estratégicos, indicadores de desempenho e metas

do referido ciclo do planejamento estratégico institucional.

[objetivos](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [estratégicos,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [metas e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [indicadores de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [desempenho?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

Art. 6º, I, da Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

Ajuste

1

[Os resultados](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) Art. 6º, I, da

[órgão?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

n.º 215/2015.

Para o item resultados, o órgão deverá apresentar, em link próprio, página com os resultados auferidos após o acompanhamento e onitoramento dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho

e metas que constam no plano apresentado no item 2

1. O item será considerado cumprido se tiverem sido publicados os resultados de 2021. Os relativos a anos anteriores e que não sejam dos itens

[Os resultados do](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [Planejamento](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) [Estratégico](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

desempenho e metas a serem alcançadas. Não serão aceitos links que redacional. Sem direcionem para preenchimento de cadastros ou quaisquer outras alteração. formas de pré- requisitos de acesso. Recomenda-se que seja enviado

somente um link onde se possa localizar a informação de forma clara e imediata.

O órgão deverá apresentar link para a localização, em página de acesso público, dos resultados dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho e metas que constam no plano estratégico

[Institucional](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

Art. 6º, I, da Resolução CNJ 3

institucional, objeto do item 1 deste glossário, relativos ao ano de

Ajuste

2 [alcançados pelo](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) Resolução CNJ 3

[alcançados pelo](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021) n.º 215/2015. [órgão?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/planejamento-estrategico-2016-2021)

2022. Aqueles relativos a anos anteriores a 2022 não serão aceitos redacional.Sem para efeito de pontuação. O item também não será considerado alteração. atendido se o órgão enviar links com dados estatísticos que não

estejam especificados claramente no planejamento estratégico

especificados no plano não serão aceitos para efeito de pontuação.

institucional como um indicador de desempenho. Não serão aceitos links que direcionem para preenchimento de cadastros ou quaisquer outras formas de pré-requisitos de acesso. Recomenda-se que seja enviado somente um link onde se possa localizar a informação de forma clara e imediata.

[O registro das](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal) [competências e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal)

Art. 6º, I, da

O órgão deverá informar o espaço de seu sítio eletrônico de que conste as competências e

[O registro das](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal) [competências e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal)

Art. 6º, I, da

O órgão deverá informar o espaço de seu sítio eletrônico de que conste as competências e responsabilidades do órgão, podendo informar o

3 [responsabilidades](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal) Resolução CNJ 3

responsabilidades do órgão, podendo informar o

1. [responsabilidades](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal) Resolução CNJ 3

link de acesso à Constituição Federal ou Estadual ou ao Regimento

Sem alteração.

[do órgão?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal)

[Estrutura](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [organizacional,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [demonstrada de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms)

n.º 215/2015.

link de acesso à Constituição Federal ou Estadual ou ao Regimento Interno.

[do órgão?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal)

[Estrutura](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [organizacional,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [demonstrada de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms)

n.º 215/2015.

Interno.

[forma textual ou](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) Art. 6º, II, da

O órgão respondente deverá informar o link de seu

[forma textual ou](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) Art. 6º, II, da

O órgão respondente deverá informar o link de seu sítio eletrônico que

[gráfica, que](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms)

1. [apresente](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms)

[claramente a](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [relação](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [hierárquica entre](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [as unidades?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms)

Resolução CNJ 2 n.º 215/2015.

site que apresente a estrutura orgânica. Pode ser 4

demonstrada por meio de organograma.

O órgão deverá informar o link de seu site que possibilite o acesso aos atos normativos exarados

[gráfica, que](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [apresente](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [claramente a](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [relação](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [hierárquica entre](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms) [as unidades?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/organograma/organograma-tre-ms)

Resolução CNJ 2 n.º 215/2015.

apresente a estrutura orgânica. Pode ser demonstrada por meio de organograma.

O órgão deverá informar o link de seu sítio eletrônico que possibilite o acesso aos atos normativos exarados (portarias, instruções normativas, resoluções, etc.). Não é suficiente informar o link do veículo em que

Sem alteração.

CDSJ questionou se necessária a atualização retroativa dos normativos. Tendo em conta que o CNJ não

[Os atos](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

(portarias, instruções normativas, resoluções etc).

[Os atos](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

os atos são oficialmente publicados (Diário de Justiça, Diário Oficial), Alteração quanto mencionou data de

[normativos](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

Art. 6º, V, da

Não é suficiente informar o link do veículo em que

[normativos](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

Art. 6º, V, da

os atos normativos têm que estar disponíveis também no sítio

à atualização dos corte, entendeu-se

1. [expedidos pelo](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

Resolução CNJ 3

os atos são oficialmente publicados (Diário de

1. [expedidos pelo](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

Resolução CNJ 3

eletrônico do órgão respondente. **Será verificado também se os atos** normativos,

pertinente a atualização

[órgão?](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

[Os dados gerais](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao) [para o](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao)

n.º 215/2015.

Justiça, Diário Oficial), os atos normativos têm que estar disponíveis também no sítio eletrônico do órgão respondente.

O tribunal deve indicar link(s) de acesso público que permita(m) acesso a relatórios, páginas específicas ou ferramentas de acompanhamento (sistemas que possibilitem o acompanhamento) de todos os programas, ações e projetos

[órgão?](https://www.tre-ms.jus.br/legislacao)

[Os dados gerais](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao) [para o](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao)

n.º 215/2015.

# se encontram atualizados. Para ser considerado atualizado, o ato que tenha sido alterado deverá contemplar o texto do ato alterador, isto é, deverá ser apresentado o texto consolidado com a alteração

O órgão deve indicar link(s) público(s) que permita(m) acesso direto as informações sobre a execução dos projetos. A apresentação dos dados pode ser em painel, relatório, planilha eletrônica, ou outra forma disponível na web, onde seja possível identificar os programas, ações e projetos desenvolvidos pelo órgão. Tais instrumentos deverão indicar minimamente, de forma clara e objetiva:

* 1. o objeto do projeto (para o que ele se propõe);
  2. o escopo\*;

inclusive PORTARIAS

Alteração quanto à demonstração

retroativa conforme capacidade da unidade, de 2023, 2022, 2021 e

anos anteriores, a fim de afastarmos perspectiva de avaliação negativa pelo CNJ.

1. [acompanhamento](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao) Boas práticas. 3

[de programas,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao) [ações e projetos?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao)

[Os levantamentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [estatísticos sobre](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

desenvolvidos. Tais instrumentos deverão indicar 6

minimamente, de forma clara e objetiva, o escopo, o cronograma e o orçamento de cada uma das iniciativas em execução. As informações acessadas deverão, ainda, ser atuais, contendo dados sobre seu andamento no ano corrente.

O tribunal deve indicar link de acesso público aos relatórios, painéis ou outras formas de consulta que permitam identificar estatísticas processuais, utilizando-se os critérios definidos pelo CNJ na Resolução CNJ nº 76/2009. Não são aceitos links que simplesmente fazem o direcionamento aos relatórios/painéis/dados produzidos e sistematizados pelo CNJ e não será aceito recibo de entrega de dados ao CNJ. Deverão ser publicados minimamente: a) Número de processos novos; b)

[acompanhamento](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao) Boas práticas. 3

[de programas,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao) [ações e projetos?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/acompanhamento-da-gestao-1/acompanhamento-da-gestao)

[Há campo/espaço](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [“Estatística” na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [página principal](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [do órgão, com](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [vistas a reunir](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [dados abertos,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Painéis de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Business](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Intelligence e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Relatórios](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Estatísticos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

1. o cronograma\*;
2. o orçamento de cada uma das iniciativas em execução e;
3. As informações deverão ser atuais, contendo dados sobre seu andamento no ano vigente\*\* (2023).

* Caso o órgão utilize a metodologia ágil, poderão ser informados aspectos similares, ao escopo e cronograma, a exemplo, do backlog resumido do projeto. \*\* Caso o órgão disponibilize informações defasadas, ou seja, anteriores ao ano de 2022, não receberá a pontuação.

O órgão deve indicar link de acesso público ao campo/espaço "Estatística" que contenha as seguintes informações:

1. Link de acesso ao Painel de Estatísticas do DataJud, conforme previsto no art. 6º da Portaria 119/2021;
2. Informações produzidas pelo próprio órgão e que contenham,

da metodologia aplicada.

Alteração do critério, com exigência de painéis de BI e demais relatórios em formato definido em

Portaria CNJ n.º Reforçado que 119/2021, além

[a atuação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

Número de processos pendentes; c) Número de

[referentes à](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

Resolução CNJ

conforme art. 7º da Portaria 119/2021, no mínimo:

de link

manteremos nosso

[órgão, conforme](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) Art. 6º, IV, da

processos julgados; d) Número de processos

[atividade-fim do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) n.º 333/2020 e

* 1. acompanhamento das metas nacionais e específicas do segmento)

específico para o campo estatística

1. [glossários e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

Resolução CNJ 3

baixados; e) Taxa de congestionamento; f) Índice 7

[Poder Judiciário,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) Portaria CNJ n.º 3

despesas e dados orçamentários relacionados nas Resoluções CNJ nº

Painel de

conforme exigência

[indicadores da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

n.º 215/2015.

de atendimento à demanda; g) Tempo médio de

[contendo o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

119/2021

102/2009, nº 76/2009, nº 201/2015, nº 215/2015 e demais atos

Estatística do

legal, no entanto, não

[Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [no 76/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

[O site dispõe de](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [mecanismo que](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [possibilite o](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [acompanhamento](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [dos respectivos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados)

[procedimentos e](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) Art. 6º, IX, da

duração dos processos; h) Acompanhamento das metas nacionais.

As informações deverão ser disponibilizadas separando-se por: 2º grau, 1º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais. Os dados devem ser apresentados de forma consolidada (total do tribunal e da instância) e também de forma individualizada por unidade judiciária e por magistrado. Devem ser utilizados os conceitos da Resolução CNJ nº 76/2009 (Justiça em Números e Módulo de Produtividade Mensal).

Sistema que permita o acesso de usuários externos aos processos/procedimentos administrativos do Tribunal/Conselho. Também é concedida a

[conteúdo mínimo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [definido na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Portaria CNJ n.](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [119/2021, com](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [link de acesso ao](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Painel de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [Estatísticas do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [DataJud, e as](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [informações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [relacionadas no](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [art. 7º do referido](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica) [normativo?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/estatistica/estatistica)

[O site dispõe de](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [mecanismo que](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [possibilite o](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [acompanhamento](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [dos respectivos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados)

[procedimentos e](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) Art. 6º, IX, da

normativos que tratem de matéria similar;

c) os dados de recursos humanos e remunerações relacionados nas Resoluções CNJ nº 102/2009, nº 76/2009, nº201/2015, nº 215/2015 e demais atos normativos que tratem de matéria similar; e d) outros dados estatísticos produzidos pelos tribunais.

Não se aplica ao TSE e aos TREs.

Sistema que permita o acesso de usuários externos aos processos/procedimentos administrativos do órgão. Também é

CNJ. Alteração receberemos pontuação do fundamento à contenda corrente.

legal.

# ITEM NÃO MAIS SE APLICA À JUSTIÇA ELEITORAL

1. [processos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [administrativos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [instaurados que](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [não se](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [enquadrem nas](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [hipóteses de](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [sigilo?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados)

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

pontuação ao órgão que permite a criação de login 8 e senha para acesso aos processos/procedimentos administrativos que não se enquadrem nas

hipóteses de sigilo.

[processos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [administrativos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [instaurados que](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [não se](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [enquadrem nas](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [hipóteses de](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados) [sigilo?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/acompanhamento-dos-procedimentos-e-processos-administrativos-instaurados)

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

concedida a pontuação ao órgão que permite a criação de login e senha para acesso aos processos/procedimentos administrativos que não se enquadrem nas hipóteses de sigilo.

Sem alteração.

AUDIÊNCIAS E SESSÕES

O órgão publica:

[As audiências](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [públicas,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes)

Caso o órgão respondente não tenha realizado audiências públicas, consultas públicas ou outras

AUDIÊNCIAS E SESSÕES

O órgão publica:

[As audiências](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [públicas,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes)

[consultas](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes)

1. [públicas ou](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [outras formas de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [participação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [popular?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes)

Art. 9º, II, da Lei n.º 9.527/2011. 1

formas de participação popular, deverá criar link/página específica contendo essa informação 9 (exemplo: “O tribunal X não realizou em 20xx consultas públicas ou outras formas de participação popular”).

O Tribunal/Conselho deve demonstrar que

[consultas](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [públicas ou](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [outras formas de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [participação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes) [popular?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/audiencias-publicas-e-reunioes-1/audiencias-publicas-e-reunioes)

Art. 9º, II, da Lei n.º 9.527/2011. 1

Se o órgão não realizou evento do tipo, deve indicar link que informe a situação (exemplo: “O tribunal X não realizou em 20xx consultas públicas ou outras formas de participação popular”).

O órgão deve demonstrar que disponibiliza antecipadamente, no sítio

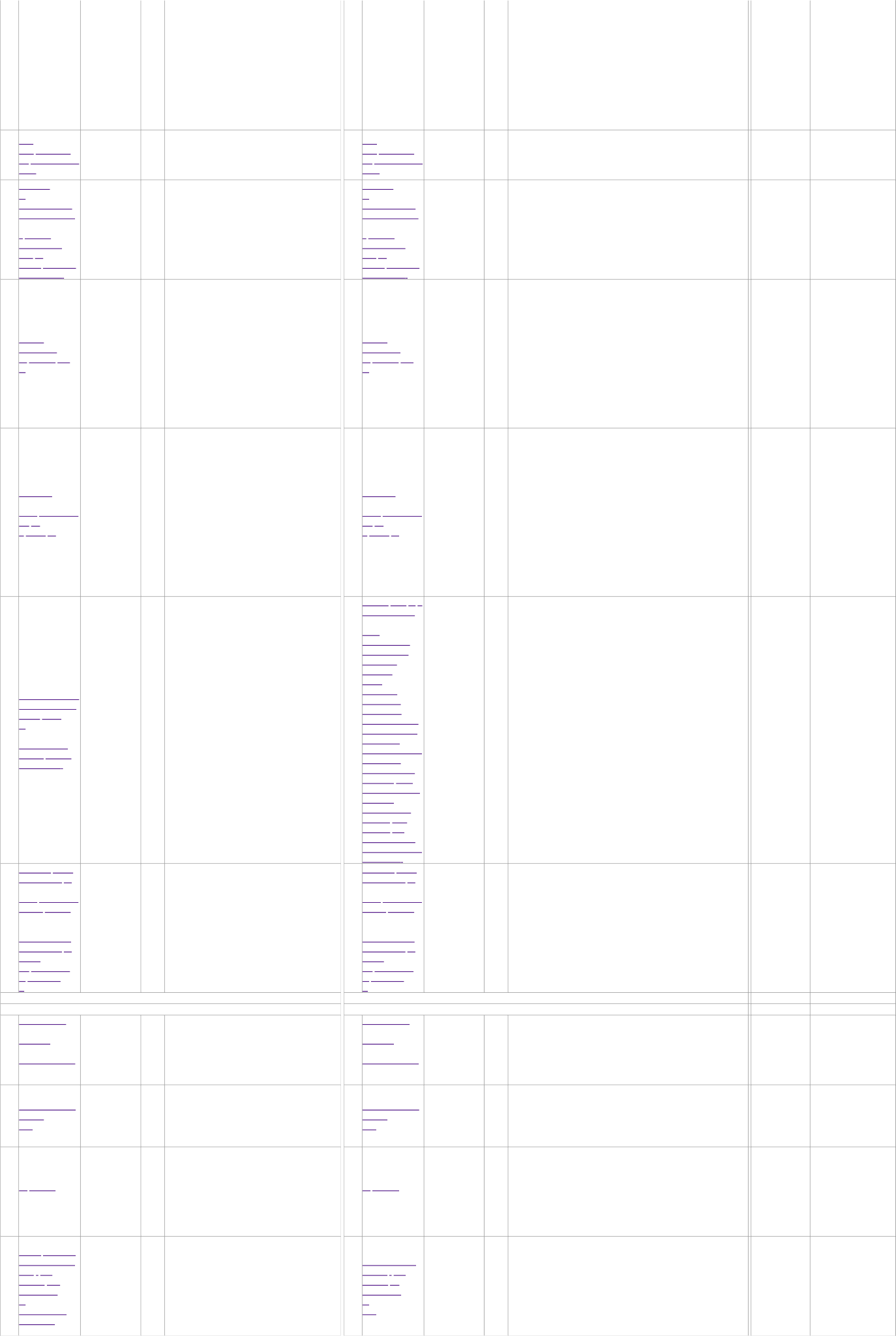
Sem alteração.

[O calendário das](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/calendario-das-sessoes/tre-ms-calendario-das-sessoes) Art. 6º, VI, da

disponibiliza antecipadamente, no site oficial, o

[O calendário das](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/calendario-das-sessoes/tre-ms-calendario-das-sessoes) Art. 6º, VI, da

eletrônico oficial, o calendário das sessões colegiadas. Links de acesso

1. [sessões](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/calendario-das-sessoes/tre-ms-calendario-das-sessoes) [colegiadas?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/calendario-das-sessoes/tre-ms-calendario-das-sessoes)
2. [A pauta de](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/pautas-das-sessoes/pautas-das-sessoes-de-julgamentos-de-2011)

[julgamentos?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/pautas-das-sessoes/pautas-das-sessoes-de-julgamentos-de-2011)

[O site possibilita](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [a transmissão ao](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [vivo, pela](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line)

1. [internet, das](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [sessões dos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line)

[órgãos colegiados](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [do tribunal ou](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [conselho?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line)

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

Art. 7º, V, da Lei n.º 12.527/2011. 3

Art. 22, da

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015

calendário das sessões colegiadas. Links de acesso 10 à consulta nos Diários Eletrônicos não substituem a

disponibilização no site oficial das informações requeridas pelo Ranking da Transparência.

O Tribunal deve demonstrar que disponibiliza no site oficial a Pauta de Julgamentos das Sessões Colegiadas (turmas, câmaras, sessões, entre outros). A disponibilização das pautas de

julgamento de alguns órgãos colegiados não será 11 considerada para pontuação total. Em razão da impossibilidade de pontuação parcial, a pauta de julgamento de todos os órgãos colegiados do

Tribunal deverá estar disponível.

Os órgãos devem indicar link em sua página em que conste a informação sobre a sessão ao vivo (Ex.: <http://www.tst.jus.br/web/guest/sessoes-ao-> vivo) ou ainda a playlist no Youtube (Ex.:

[https://www.youtube.com](http://www.youtube.com/) 12

/playlist?list=PLJtXf1T1kfpCjHNS48VGesoz1JNJ-

cjf3) em que estão disponibilizados os vídeos das sessões realizadas, desde que na descrição dos vídeos constem a informação de que foi transmitida ao vivo (veja imagem abaixo)

[sessões](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/calendario-das-sessoes/tre-ms-calendario-das-sessoes) [colegiadas?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/calendario-das-sessoes/tre-ms-calendario-das-sessoes)

[A pauta de](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/pautas-das-sessoes/pautas-das-sessoes-de-julgamentos-de-2011) [julgamentos?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/pautas-das-sessoes/pautas-das-sessoes-de-julgamentos-de-2011)

[O site transmite](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [ao vivo, pela](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [internet, as](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [sessões dos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line) [colegiados?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/sessao-plenaria-on-line)

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

Art. 7º, V, da Lei n.º 12.527/2011. 3

Art. 22, da

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015

à consulta nos Diários Eletrônicos não substituem a disponibilização no sítio eletrônico oficial das informações requeridas pelo Ranking da Transparência.

O órgão deve demonstrar que disponibiliza no sítio eletrônico oficial a Pauta de Julgamentos das Sessões Colegiadas (turmas, câmaras, sessões, entre outros). A disponibilização das pautas de julgamento de alguns órgãos colegiados não será considerada para pontuação total. Em razão da impossibilidade de pontuação parcial, a pauta de julgamento de todos os órgãos colegiados do Tribunal deverá estar disponível.

O órgão deve indicar em seu sítio eletrônico um dos dois links: • página do sítio eletrônico próprio que informe sobre a sessão ao vivo (ex: [www.tst.jus.br/web/guest/sessoes-ao-vivo),](http://www.tst.jus.br/web/guest/sessoes-ao-vivo)) ou

playlist no Youtube que liste as sessões. A descrição do vídeo deve conter a data de transmissão (ex: [www.youtube.com/playlist?list=PLJtXf1T1kfpCjHNS48VGesoz1JNJ-](http://www.youtube.com/playlist?list=PLJtXf1T1kfpCjHNS48VGesoz1JNJ-) cjf3)

Sem alteração.

Sem alteração

Ajuste redacional.Sem alteração.

[O vídeo da sessão](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists) [dos órgãos](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists)

1. [colegiados é](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists)

[disponibilizado](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists) [para acesso?](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists)

Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ 3 n.º 215/2015

O órgão deve incluir o link da playlist no Youtube (Ex.: [https://www.youtube.com](http://www.youtube.com/)

/playlist?list=PLlJgviu9EmVLi\_LGJt- 3YOylVF09uztuX) ou da página onde estão 13

disponíveis os links dos vídeos (Ex.: [http://webcast.overseebrasil.com.br](http://webcast.overseebrasil.com.br/)

/tjpa/#ondemand/ )

O tribunal/conselho deve demonstrar que disponibiliza no site oficial as Atas das Sessões Colegiadas. A disponibilização de vídeo ou de link que remeta ao vídeo contendo a íntegra da sessão presencial ou realizada por videoconferência não

[O órgão publica](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists) [os vídeos das](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists) [sessões dos](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists) [colegiados?](https://www.youtube.com/c/TREMS-Canal/playlists)

Art. 22, § 2º, da Resolução CNJ 3 n.º 215/2015

O órgão deve indicar um dos dois links: • página com links dos vídeos (ex: webcast.overseebrasil.com.br/tjpa/#ondemand/), ou • playlist no Youtube (ex:

[www.youtube.com/playlist?list=PLlJgviu9EmVLi\_LGJt-](http://www.youtube.com/playlist?list=PLlJgviu9EmVLi_LGJt-) 3YOylVF09uztuX)

Ajuste redacional.Sem alteração.

[A ata das sessões](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/atas-das-sessoes/atas-de-sessoes) Art. 22, § 2º, da

substitui a Ata da sessão. A disponibilização das

1. [dos órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/atas-das-sessoes/atas-de-sessoes)

[colegiados?](https://www.tre-ms.jus.br/servicos-judiciais/sessoes-de-julgamento/atas-das-sessoes/atas-de-sessoes)

[A presença em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/atuacao-e-produtividade-dos-magistrados-1/presenca-em-plenario)

Resolução CNJ 3 n.º 215/2015

Art. 8º, da Lei n.º

atas das sessões de alguns órgãos colegiados não será considerada para pontuação total. Em razão da impossibilidade de pontuação parcial, a ata da sessão de todos os órgãos colegiados do Tribunal deverá ser disponibilizada. Caso o Tribunal não confeccione a Ata da sessão por permissão de ato normativo deverá informar no momento da avaliação inicial a referida norma.

O tribunal/conselho deve demonstrar que disponibiliza no site oficial a presença dos membros nas reuniões colegiadas, seja na ata da

Item excluído para 2023

Excluído para 2023

Excluído para

1. [Plenário?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/atuacao-e-produtividade-dos-magistrados-1/presenca-em-plenario)

12.527/2011. 2

sessão, em tabela ou qualquer outro meio escolhido Item excluído para 2023 pelo Tribunal. A informação deve estar disponível

sem que haja necessidade de consulta ao andamento dos processos julgados em sessão.

O tribunal/conselho deve indicar links de acesso público que permitam consultar as pautas e as atas das reuniões das Comissões. As atas devem necessariamente conter a relação dos presentes à reunião. Na hipótese de a Comissão encontrar-se inativa ou nunca ter realizado reuniões, é imperioso que o link fornecido direcione para página que contenha tal informação de maneira expressa. É

O órgão deve indicar links de acesso público que permitam consultar as pautas e as atas das reuniões das Comissões. As atas devem necessariamente conter a relação dos presentes à reunião. Na hipótese de a Comissão encontrar-se inativa ou nunca ter realizado reuniões, é imperioso que o link fornecido direcione para página que contenha tal

2023

[A pauta das](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [reuniões de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites)

1. [comissões e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [respectivos](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites)

[resultados e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [atas?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites)

Art. 7º, V, da Lei 3 n.º 12.527/2011.

importante destacar que comissões não se confundem com comitês; desse modo, para fins de pontuação, os segundos não suprirão a

ausência/inexistência das primeiras, ainda que o 14 objeto seja o mesmo (ex: Comitê de Gestão

Estratégica não substitui Comissão de Gestão Estratégica para fins de pontuação no Ranking). A única exceção dar-se-á na hipótese de o tribunal adotar a estrutura de comitês para todos os seus colegiados (o que deverá ser comprovado com a indicação de link que remeta para Regimento Interno do tribunal). Por fim, as comissões cujos dados devem ser disponibilizados são aquelas previstas no Regimento Interno da instituição ou outro ato normativo desde que seja permanente.

[A pauta das](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [reuniões de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [comissões e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [respectivos](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [resultados e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites) [atas?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/comissoes-e-comites)

Art. 7º, V, da Lei 3 n.º 12.527/2011.

informação de maneira expressa. **É importante destacar que comissões não se confundem com comitês; desse modo, para fins de pontuação, os segundos não suprirão a ausência/inexistência das primeiras, ainda que o objeto seja o mesmo (ex: Comitê de Gestão Estratégica não substitui Comissão de Gestão Estratégica para fins de pontuação no Ranking)**. A única exceção dar-se-á na hipótese de o tribunal adotar a estrutura de comitês para todos os seus colegiados (o que deverá ser comprovado com a indicação de link que remeta para Regimento Interno do tribunal). Por fim, as comissões cujos dados devem ser disponibilizados são aquelas previstas no Regimento Interno da instituição ou outro ato normativo desde que seja permanente.

Sem alteração.

Realizada conferência semana retrasada e verificada a necessidade de atualização das atas de **acessibilidade e ética**

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

O órgão publica:

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO – SIC

O órgão publica:

[Telefone das](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

1. [respectivas](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos) [unidades?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

[Horários de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

Art. 6º, II, da Resolução CNJ 1 n.º 215/2015.

Art. 6º, II, da

[Telefone das](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

15 [unidades e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

[horários de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

[atendimento?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

Art. 6º, II, da Resolução CNJ 1 n.º 215/2015.

Redução de 1 ponto, porquanto realizado agrupamento em

1. [atendimento ao](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos) [público?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/o-tribunal/contatos)

[O campo](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

Resolução CNJ 2 n.º 215/2015.

Item agrupado em quesito único (n.º 15)

[O campo](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

quesito único.

[denominado](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

1. [‘Serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

[Informações ao](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

[Cidadão’ na](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [página inicial?”](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [O sítio eletrônico](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [tem uma](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

Art. 7º da Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

Lei no

O item será considerado cumprido caso haja o campo “Serviço de Informações ao Cidadão”, ou “Acesso à Informação”, “SIC” ou o ícone ; e que dê acesso efetivamente à página do SIC.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela organização que tem por objetivo

[denominado](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

16 [‘Serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

[Informações ao](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

[Cidadão’ na](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [página inicial?”](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [O sítio eletrônico](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [tem uma](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

Art. 7º da Resolução CNJ 3 n.º 215/2015.

O item será considerado cumprido caso haja o campo “Serviço de Informações ao Cidadão”, ou “Acesso à Informação”, “SIC” ou o ícone na página inicial do sítio eletrônico do órgão; e que dê acesso efetivamente à página do SIC.

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pelo órgão que tem por objetivo informar sobre os serviços prestados pela

Sem alteração.

[dimensão](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

13.460/2017, art.

informar sobre os serviços prestados pelo órgão ou

[dimensão](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

Lei no

instituição, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos Ajuste

20 [denominada](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) ["Carta de](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [Serviços ao](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [Cidadão"?](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

[Há indicação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

7º. Boas práticas.

1 entidade, as formas de acesso a esses serviços e seus compromissos e padrões de qualidade de atendimentoao público.

17 [denominada](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) ["Carta de](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [Serviços ao](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor) [Cidadão"?](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/carta-de-servicos/carta-de-servicos-ao-eleitor)

[Há indicação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

13.460/2017, art. 1

7º.

e padrões de qualidade de atendimento ao público. **O item não será considerado atendido caso a carta seja restrita aos serviços de algum (uns) setor (es).**

redacional.Sem alteração.

[órgão ou unidade](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) Art. 10 da

Deve constar expressamente qual unidade é

[órgão ou unidade](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) Art. 10 da

Deve constar expressamente no sítio eletrônico do órgão qual unidade

21 [orgânica](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

Resolução CNJ 3

responsável pelo Serviço de Informações ao

18 [orgânica](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

Resolução CNJ 3

é responsável pelo Serviço de Informações ao Cidadão.

Sem alteração.

[responsável pelo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) n.º 215/2015. [SIC?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

[Existe indicação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [precisa no site de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [funcionamento de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [um Serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

[Informações ao](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) Art. 10 da

22 [Cidadão (SIC) a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) Resolução CNJ 2

Cidadão.

Serão aceitos a indicação de atendimento presencial da Ouvidoria ou outro setor responsável, desde que esteja claro que a referida unidade é responsável por prestar o Serviço de Informações ao Cidadão,

[responsável pelo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) n.º 215/2015. [SIC?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

[Existe indicação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [precisa no site de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [funcionamento de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [um Serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

[Informações ao](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) Art. 10 da

19 [Cidadão (SIC) a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) Resolução CNJ 2

Serão aceitos a indicação de atendimento presencial da Ouvidoria ou outro setor responsável, desde que esteja claro que a referida unidade é responsável por prestar o Serviço de Informações ao Cidadão,

Sem alteração.

[que o cidadão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

[possa entregar](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [pessoalmente o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [pedido de acesso](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [a informações?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [Existe indicação](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [precisa no site de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [funcionamento de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [um Serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [Informações ao](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

n.º 215/2015.

Art.10 da

indicando os horários e contatos telefônicos do serviço.

Considera-se “forma eletrônica” tanto a existência de formulário eletrônico, quanto a disponibilização de e-mail (correio eletrônico). O item não será considerado atendido se não houver na página ou

[que o cidadão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao)

[possa entregar](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [pessoalmente o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [pedido de acesso](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [a informações?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao) [Existe indicação](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [precisa no site de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [funcionamento de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [um Serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [Informações ao](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

n.º 215/2015.

Art.10 da

indicando os horários e contatos telefônicos do serviço.

Considera-se “forma eletrônica” tanto a existência de formulário eletrônico, quanto a disponibilização de e-mail (correio eletrônico). O item não será considerado atendido se não houver na página ou no

23 [Cidadão (SIC) no](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) Resolução CNJ 3

no próprio formulário eletrônico a indicação

20 [Cidadão (SIC) no](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) Resolução CNJ 3

próprio formulário eletrônico a indicação expressa de que se trata do

Sem alteração.

[qual o cidadão](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [possa enviar](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [pedidos de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [informação de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [forma eletrônica](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [(eSIC)?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

[O site indica a](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

n.º 215/2015.

expressa de que se trata do serviço de acesso à informação, nos termos da Lei n. 12.527/2011. O tribunal/conselho deve, neste item, informar o caminho percorrido no site para localizar o link indicado na resposta.

[qual o cidadão](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [possa enviar](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [pedidos de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [informação de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [forma eletrônica](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [(eSIC)?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

[O site indica a](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

n.º 215/2015.

serviço de acesso à informação, nos termos da Lei n. 12.527/2011. O órgão deve, neste item, informar o caminho percorrido no sítio eletrônico para localizar o link indicado na resposta.

[possibilidade de](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) Art. 9º, I, alínea

24 [acompanhamento](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) "b", e art. 10, § 2

Será considerado atendido quando houver a informação de que o pedido registrado pode ser

[possibilidade de](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) Art. 9º, I, alínea

21 [acompanhamento](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) "b", e art. 10, § 2

Será considerado atendido quando houver a informação de que o pedido registrado pode ser acompanhado por qualquer forma,

Sem alteração.

[posterior do](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

2º, da Lei n.º

acompanhado por qualquer forma, mediante e-mail,

[posterior do](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

2º, da Lei n.º

mediante e-mail, eletronicamente ou por telefone.

[pedido de acesso](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) 12.527/2011. [à informação?](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

[As Respostas a](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes)

eletronicamente ou por telefone.

[pedido de acesso](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) 12.527/2011. [à informação?](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

[As Respostas a](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes)

[Perguntas mais](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes)

1. [frequentes da](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes) [sociedade](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes) [(FAQ)?](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes) [Relatório](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [estatístico anual](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [contendo a](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [quantidade de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [pedidos de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [informação](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)
2. [recebidos,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

[atendidos e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [indeferidos, bem](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [como](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [informações](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [genéricas sobre](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [os solicitantes?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ 1 n.º 215/2015

Art. 41, III, da Resolução CNJ 1 n.º 215/2015.

A indicação da existência de FAQ sobre qualquer

tema de interesse coletivo ou geral sobre o órgão é 22 suficiente para considerar cumprido o item.

O referido relatório é específico sobre os pedidos de acesso à informação, previsto na Lei n.

12.527/2011, art. 30. Serão aceitos dados publicados no Relatório da Ouvidoria ou unidade

competente, desde que os dados estejam separados 23 e contemplem os pedidos recebidos, atendidos e indeferidos, e informações genéricas do universo

de pedidos de acesso à informação. O relatório deve estar disponível ao público, com fácil acesso.

[Perguntas mais](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes) [frequentes da](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes) [sociedade](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes) [(FAQ)?](https://www.tre-ms.jus.br/eleitor/duvidas-frequentes/duvidas-frequentes)

[Relatório](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [estatístico anual](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [contendo a](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [quantidade de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [pedidos de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [informação](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [recebidos,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [atendidos e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [indeferidos, bem](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [como](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [informações](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [genéricas sobre](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [os solicitantes?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

Art. 6º, VIII, da Resolução CNJ 1 n.º 215/2015

Art. 41, III, da Resolução CNJ 1 n.º 215/2015.

A indicação da existência de FAQ sobre qualquer tema de interesse coletivo ou geral sobre o órgão é suficiente para considerar cumprido o item.

O referido relatório é específico sobre os pedidos de acesso à informação, previsto na Lei n. 12.527/2011, art. 30. Serão aceitos dados publicados no Relatório da Ouvidoria ou unidade competente, desde que os dados estejam separados e contemplem os pedidos recebidos, atendidos e indeferidos, e informações genéricas do universo de pedidos de acesso à informação. O relatório deve estar disponível ao público, com fácil acesso.

Sem alteração.

Sem alteração.

OUVIDORIA

O órgão publica: [O site](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1) [disponibiliza](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

1. [serviço que](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

Resolução CNJ

n.º 432/2021, art. 3

Refere-se ao serviço da Ouvidoria ou de outra unidade do tribunal que receba denúncia e reclamações dos cidadãos. O tribunal/conselho

OUVIDORIA

O órgão publica: [O site](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1) [disponibiliza](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

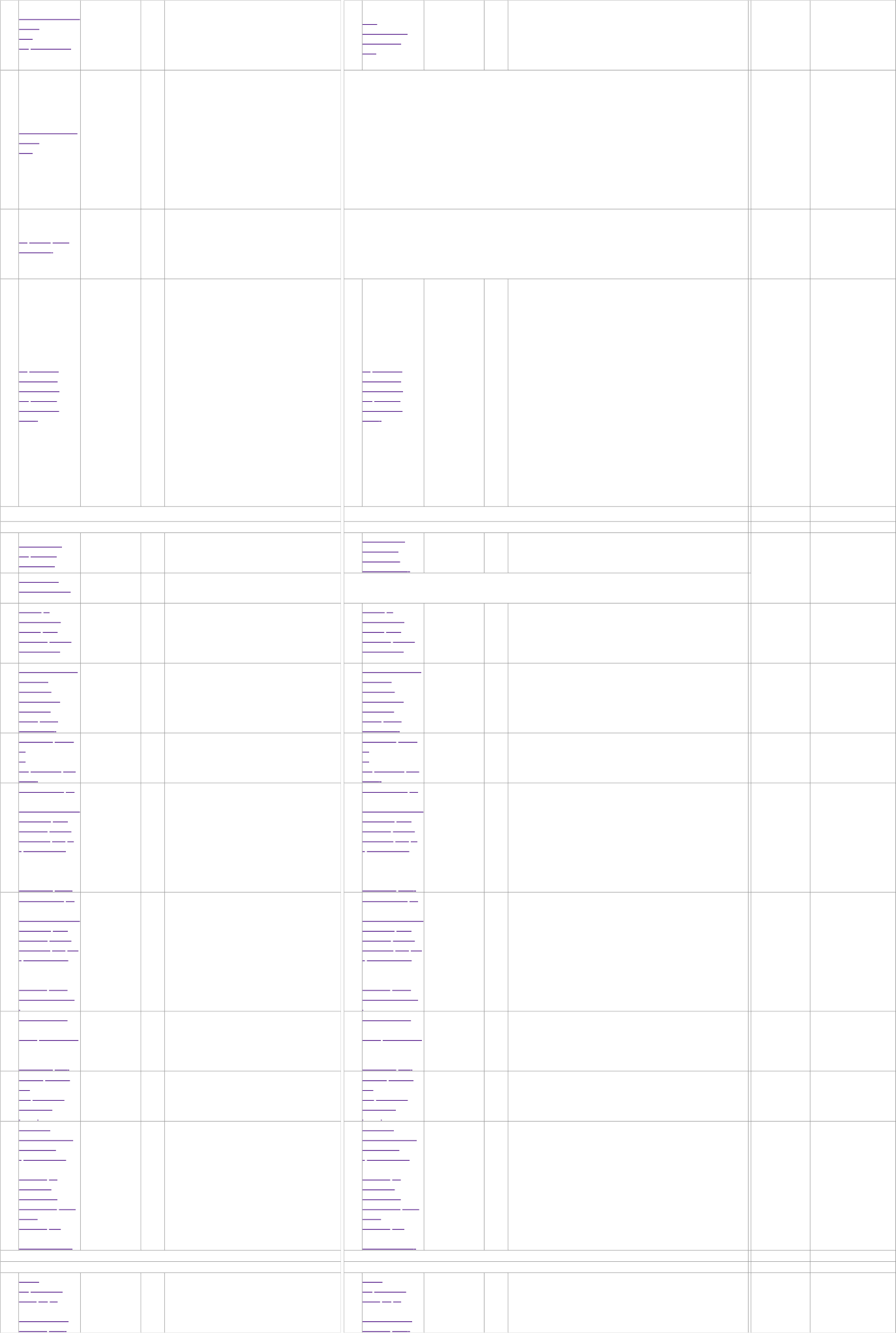
24 [serviço que](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

Resolução CNJ

n.º 432/2021, art. 3

Refere-se ao serviço da Ouvidoria ou de outra unidade do órgão que receba denúncia e reclamações dos cidadãos. O órgão deve informar

Sem alteração.

[permita o registro](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1) 5º.

[de denúncias e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

[reclamações?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

deve informar neste item o caminho percorrido no site para localizar o link indicado na resposta

[permita o registro](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1) 5º.

[de denúncias e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

[reclamações?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/fale-com-o-tre-ms-1)

neste item o caminho percorrido no sítio eletrônico para localizar o

link indicado na resposta.

[O site](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [disponibiliza](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [serviço que](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

1. [permita o](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

Resolução CNJ

n.º 432/2021, art. 2

A forma de acompanhamento se refere ao serviço de registro de denúncias e reclamações. Será considerado atendido quando houver a informação

de que a denúncia/reclamação registrada pode ser 25

[O site](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [disponibiliza](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [serviço que](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [permita o](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

Resolução CNJ

n.º 432/2021, art. 2

A forma de acompanhamento se refere ao serviço de registro de denúncias e reclamações. Será considerado atendido quando houver a informação de que a denúncia/reclamação registrada pode ser

Sem alteração.

[acompanhamento](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) 5º. [de denúncias e](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [reclamações?](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

[O site](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [disponibiliza](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

acompanhado por qualquer forma, mediante e-mail, eletronicamente ou por telefone.

A avaliação se refere ao serviço de registro de

[acompanhamento](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) 5º. [de denúncias e](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/) [reclamações?](https://sei.app.tre-ms.jus.br/ouvidoria/)

[O site](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [disponibiliza](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

acompanhado por qualquer forma, mediante e-mail, eletronicamente ou por telefone

A avaliação se refere ao serviço de registro de denúncias e

[avaliação do](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

1. [serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

[registro de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [denúncias e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [reclamações?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

Resolução CNJ

n.º 432/2021, art. 2 5º.

denúncias e reclamações. Trata-se de possibilidade

de avaliação por pesquisa de satisfação. Não se 26

confunde com o serviço que recebe reclamações e críticas em si.

[avaliação do](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [serviço de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [registro de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [denúncias e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral) [reclamações?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/fale-com-o-tre-ms/ouvidoria-eleitoral)

Resolução CNJ

n.º 432/2021, art. 2 5º.

reclamações. Trata-se de possibilidade de avaliação por pesquisa de satisfação. Não se confunde com o serviço que recebe reclamações e críticas em si.

Sem alteração.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O órgão publica:

[O Plano Diretor](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti)

[de Tecnologia da](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti) Art. 6º, da

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O órgão publica:

[O Plano Diretor](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti)

[de Tecnologia da](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti) Art. 6º, da

1. [Informação e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti) [Comunicação -](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti) [PDTIC, vigente?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti)

Resolução CNJ 3 n.º 370/2021.

27 [Informação e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti) [Comunicação -](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti) [PDTIC, vigente?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/planejamento-de-ti)

Resolução CNJ 3 n.º 370/2021.

Sem alteração.

[O Órgão publica](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) Art. 6º e 7º, da [O Órgão publica](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) Art. 4º e 5º, da

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | [o Plano de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) | Resolução CNJ |  |  |  |  | [o Plano de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) | Resolução CNJ |  |  | Alteração da |
| 31 | [Contratações de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) | n.º 182/2013. | 3 |  |  | 28 | [Contratações de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) | n.º 468/2022. | 3 |  | fundamentação |

[Soluções de TIC,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) Resolução CNJ

[Soluções de TIC](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic) Resolução CNJ

legal.

[vigente?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic)

n.º 370/2021.

O órgão deve indicar link de acesso público à

[vigente?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/contratacoes-de-tic)

n.º 370/2021.

O órgão deve indicar link de acesso público à Painel visual de

# Alteração do

**Realizado contato**

Painel de Informação que permita extração de

informação que permita ao usuário filtrar, consultar e até extrair dados **critério, a**

# prévio com a STI sobre

dados públicos e formas de consultas a informações

públicos de informações relacionadas à Tecnologia da Informação e

# exigir,

**o quesito, de modo que**

relacionadas à Tecnologia da Informação e

Comunicação do próprio órgão. Não são aceitos links que

# expressamente, convencionou-se que o

Comunicação do próprio órgão. Não são aceitos

[O Órgão possui](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

simplesmente fazem o direcionamento aos painéis/dados produzidos e **painel VISUAL,mais importante para o**

[O Órgão possui](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

links que simplesmente fazem o direcionamento

[painel visual de](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

sistematizados

# que permita

**CNJ, consiste em**

[painel com](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti) [Informações](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

aos painéis/dados produzidos e sistematizados pelo CNJ. Cabe destacar que não há formato

[informações](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti) [relacionadas à](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

Art. 7, da Resolução CNJ

pelo CNJ. (Exemplo: painéis de Business Intelligence). Cabe destacar **FILTRAR, permitir o filtro, a**

que não há formato estabelecido pelo CNJ e as informações exibidas **CONSULTAR e consulta e a extração**

[relacionadas à](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

Art. 33, inciso V,

estabelecido pelo CNJ e as informações exibidas

[Tecnologia da](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

n.º 370/2021,

pelo painel são definidas pelo próprio órgão. Abaixo exemplos de

# EXTRAIR

**de dados (exemplos de**

32 [Tecnologia da](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

da Resolução 3

pelo painel são definidas pelo próprio órgão.

29 [Informação e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

associado às boas3

informações em Painéis visuais de informações de TIC:

# dados públicos. outros Regionais:

[Informação e](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti) [Comunicação,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

CNJ n.º 370/2021

Abaixo exemplos de informações em Painéis de TIC: a) Monitoramento da execução do Plano

[Comunicação,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti) práticas previstas [que permitam ao](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti) na Resolução

1. Monitoramento da execução do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC;

# Alterada, igualmente, a

**https://www.tre- ma.jus.br**

[que permitam a](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

Diretor de Tecnologia da Informação e

[usuário filtrar,](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

CNJ n.º

1. Monitoramento da execução do Plano de Contratações de Soluções **fundamentação /transparencia-**

[extração de dados](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

Comunicações – PDTIC; b) Monitoramento da

[consultar e até](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

215/2015.

de TIC;

# legal. Apresenta e-prestacao-de-contas

[públicos?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

execução do Plano de Contratações de Soluções de

[extrair de dados](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

1. Monitoramento da execução do Plano Anual de Capacitações de

**rol**

# /paineis-de-

TIC; c) Monitoramento da execução do Plano Anual de Capacitações de TIC; d) Monitoramento da execução de Projetos de TIC; e) Execução do

[públicos?](https://www.tre-ms.jus.br/o-tre/governanca-institucional/governanca-de-ti/painel-ti)

TIC;

1. Monitoramento da execução de Projetos de TIC;
2. Execução do Orçamento de TIC;

**exemplificativo informacoes-de-ti e de informações** [**http://sitebi.tre-**](http://sitebi.tre-/)

**a constarem na ba.jus.br**

[O portal](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [institucional](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [possibilita a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [extração de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [relatórios em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [diversos formatos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [eletrônicos,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)

Art. 6º, § 4º , II,

Orçamento de TIC; f) Portfólio de Soluções de

TIC.

Consideram-se ‘Relatórios em formato eletrônico aberto, e não proprietário’, os documentos produzidos e disponibilizados em formato amplamente conhecido que permitam análise

[O portal (sítio)](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [institucional](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [possibilita a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [extração de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [relatórios em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [diversos formatos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [eletrônicos,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)

Art. 6º, § 4º , II,

1. Portfólio de Soluções de TIC.

Consideram-se ‘Relatórios em formato eletrônico aberto, e não proprietário’, os documentos produzidos e disponibilizados em

# página em

**questão.**

# /index.html?BI=infotic)

1. [preferencialmente](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)da Resolução 2

facilitada e uso irrestrito das informações. O portal 30

[preferencialmente](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)da Resolução 2

formato amplamente conhecido que permitam análise facilitada e uso Sem alteração.

[abertos, e não](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) CNJ n.º [proprietários, tais](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) 215/2015. [como planilhas e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)

[texto (CSV,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [RTF), de modo a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [facilitar a análise](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [das](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [informações?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)

[O portal (sítio)](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [institucional](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [possibilita o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [acesso](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos)

(sítio) institucional permite a extração de dados em formatos preferencialmente abertos e sem dependência de produtos comerciais para que o usuário acesse o dado.

Consideram-se ‘Sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina’,

[abertos, e não](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) CNJ n.º [proprietários, tais](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) 215/2015. [como planilhas e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)

[texto (CSV,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [RTF), de modo a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [facilitar a análise](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [das](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos) [informações?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/dados-abertos)

[O portal (sítio)](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [institucional](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [possibilita o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [acesso](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos)

irrestrito das informações. O sítio eletrônico institucional permite a extração de dados em formatos preferencialmente abertos e sem dependência de produtos comerciais para que o usuário acesse o dado.

Consideram-se ‘Sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina’, aqueles que permitam a leitura sem limitações legais de uso dos arquivos por programas de terceiros. Utilização de sistemas externos para acesso automatizado dos dados disponíveis pelos órgãos em formato aberto, estruturados e legíveis por máquina. **Cabe destacar que para a questão é esperada comprovação, por parte do órgão, da disponibilização de um Webservice ou API no qual o órgão disponibilize serviço que permita o acesso automatizado dos dados disponíveis em formato aberto, estruturado e legível por máquina. Citamos três exemplos, não exaustivos, de como um sítio eletrônico pode atender ao critério deste item, possibilitando o acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por**

# Alteração a constar de que para comprovação, esperada a disponibilização de Webservice

**ou API no qual Considerando a**

[automatizado por](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) Art. 6º, § 4º , III,

aqueles que permitam a leitura sem limitações

[automatizado por](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) Art. 6º, § 4º , III,

# máquina:

**o órgão**

# ausência da STI em

[sistemas externos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) da Resolução

1. [(ex: webservices](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) CNJ n.º 2

legais de uso dos arquivos por programas de terceiros. Utilização de sistemas externos para

[sistemas externos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) da Resolução

31 [(ex: webservices](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) CNJ n.º 2

1. Disponibilizar uma API - Uma API é uma interface de programação **disponibilize**

de aplicativos que permite que sistemas externos se conectem ao sítio **serviço que**

# reunião, a AGPI entrará em contato

[ou api’s) em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos)

215/2015.

acesso automatizado dos dados disponíveis pelos

[ou api’s) em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos)

215/2015.

eletrônico institucional e acessem informações em formatos abertos e **permita o**

# para abordagem de

[formatos abertos,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [estruturados e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [legíveis por](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [máquina?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos)

órgãos em formato aberto, estruturados e legíveis por máquina.

[formatos abertos,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [estruturados e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [legíveis por](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos) [máquina?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/acesso-sistemas-externos-em-formatos-abertos)

estruturados. A API pode ser disponibilizada em diferentes formatos, como REST, SOAP, GraphQL, entre outros.

1. Utilizar um padrão de dados abertos - Os padrões de dados abertos são especificações técnicas que definem como os dados devem ser

# acesso automatizado dos dados disponíveis em

**novel exigência.**

estruturados e disponibilizados para acesso automatizado por sistemas **formato aberto,**

[O portal (sítio)](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [institucional](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

Art. 6º, § 4º, VIII, da

Resolução CNJ no 215/2015; art. 8º, § 3º, VIII, da Lei nº

externos. Um exemplo de padrão de dados abertos é o DCAT, que é utilizado para descrever conjuntos de dados.

1. Oferecer feeds de dados - Um feed de dados é uma forma de disponibilizar informações em tempo real para sistemas externos. Por exemplo, um sítio eletrônico institucional pode oferecer um feed RSS ou Atom com as últimas notícias ou atualizações em tempo real, permitindo que outros sistemas acessem essas informações em formatos estruturados e legíveis por máquina.

# estrutura e legível por máquina.

[permite o acesso](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) 12.527/2011; art. [ao conteúdo para](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) 17 da Lei nº

O portal institucional permite o acesso ao conteúdo disponível para pessoas com deficiência,

[pessoas com](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

[deficiência, em](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [atendimento ao](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

10.098/2000, e

art. 9º da Convenção sobre

garantindo assim o atendimento à Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII); Art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/202 e as boas práticas

[estabelecido pela](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) os Direitos das

1. [ENTIC-JUD (art.](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) Pessoas com 3

[19, da Resolução](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) Deficiência,

previstas na Resolução CNJ nº 370/2021, e em aderência ao Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) que consiste em um

Quesito renumerado sob n.º 84

Quesito

reorganizado sob numeração 84.

[CNJ n.º](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

aprovada pelo

conjunto de recomendações a ser considerado para

[370/2021), a qual](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) Decreto

que o processo de acessibilidade dos sítios e portais

[dispõe sobre o](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [Modelo de](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [Acessibilidade](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [em Governo](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [Eletrônico.](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

Legislativo no 186/2008; art. 2º,

§ 2º, da Resolução CNJ nº 401/2021;

Boas Práticas previstas na Resolução CNJ nº 370/2021.

do governo brasileiro seja conduzido de forma padronizada e de fácil implementação.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O órgão publica:

[Mensalmente, os](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [dados de sua](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

Trata-se da publicação de dados da gestão orçamentária e financeira dos tribunais, na forma do anexo I da Resolução CNJ nº 102, de 15 de

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

O órgão publica:

[Mensalmente, os](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [dados de sua](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

Trata-se da publicação de dados da gestão orçamentária e financeira dos tribunais, na forma do anexo I da Resolução CNJ nº 102, de 15 de

[gestão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [orçamentária e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

1. [financeira na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução

CNJ n.º 2

dezembro de 2009, que espelha, para cada mês, as

despesas liquidadas e as receitas realizadas. No mês

de dezembro, há exigência de publicação adicional, 32

[gestão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [orçamentária e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [financeira na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução

CNJ n.º 2

dezembro de 2009, que espelha, para cada mês, as despesas liquidadas e as receitas realizadas. No mês de dezembro, há exigência de publicação adicional, contendo as informações referentes às despesas

Sem alteração.

[forma do Anexo I](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) 215/2015, c/c a

contendo as informações referentes às despesas

[forma do Anexo I](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) 215/2015, c/c a

inscritas em restos a pagar não-processados. A pontuação para este

[da Resolução](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [CNJ n.º](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

Resolução CNJ n.º 102/2009.

inscritas em restos a pagar não-processados. A pontuação para este item somente será concedida para os tribunais que tiverem publicado este anexo, mensalmente, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês em que ocorrer a coleta de dados.

[da Resolução](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [CNJ n.º](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

Resolução CNJ n.º 102/2009.

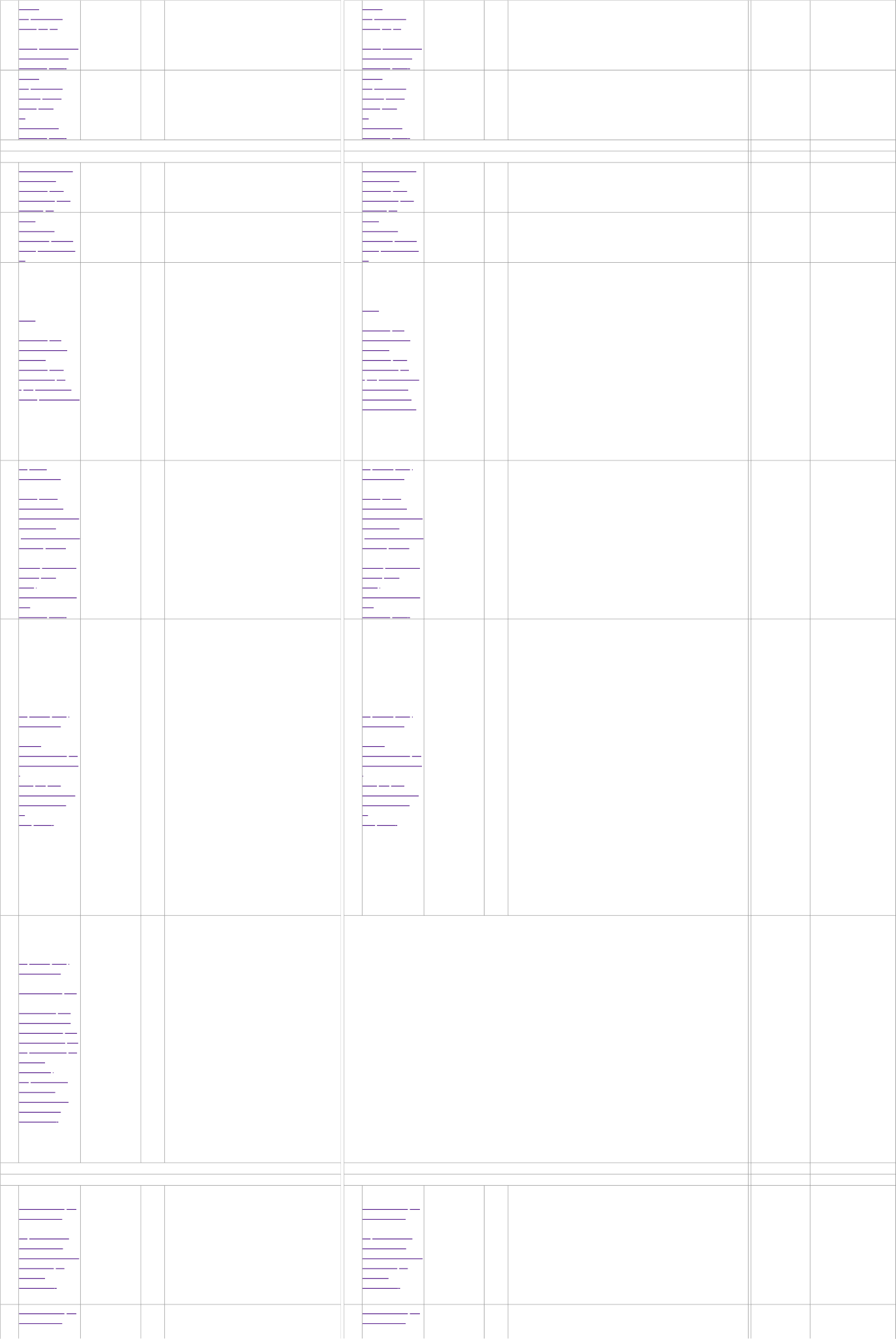
item somente será concedida para os órgãos que tiverem publicado este anexo, mensalmente, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês em que ocorrer a coleta de dados.

[Mensalmente, os](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) Art. 6º, VII, “a”,

Trata-se da publicação de dados da gestão

[Mensalmente, os](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) Art. 6º, VII, “a”,

Trata-se da publicação de dados da gestão orçamentária e financeira

1. [dados de sua](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [gestão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

da Resolução 2 CNJ n.º

orçamentária e financeira dos tribunais, na forma do anexo II da Resolução CNJ nº 102, de 15 de

33 [dados de sua](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [gestão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

da Resolução 2 CNJ n.º

dos órgãos, na forma do anexo II da Resolução CNJ nº 102, de 15 de dezembro de 2009, que espelha a dotação aprovada na lei

Sem alteração.

[orçamentária e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

[financeira na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) 215/2015, c/c a [forma do Anexo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) Resolução CNJ

[II da Resolução](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

dezembro de 2009, que espelha a dotação aprovada na lei orçamentária anual, as alterações orçamentárias ocorridas no exercício e a execução das dotações, compreendendo a despesa empenhada, liquidada e paga. A pontuação para

[orçamentária e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

[financeira na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) 215/2015, c/c a [forma do Anexo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) Resolução CNJ

[II da Resolução](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

orçamentária anual, as alterações orçamentárias ocorridas no exercício e a execução das dotações, compreendendo a despesa empenhada, liquidada e paga. A pontuação para este item somente será concedida para os órgãos que tiverem publicado este anexo, mensalmente, nos 12

[CNJ n.º](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

n.º 102/2009.

Art. 55, § 2º, da

este item somente será concedida para os tribunais

que tiverem publicado este anexo, mensalmente, nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao mês em que ocorrer a coleta de dados.

Relatório exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma disciplinada nos Artigos 54 e 55.

[CNJ n.º](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira) [102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/execucao-orcamentaria-e-financeira)

n.º 102/2009.

Art. 55, § 2º, da

(doze) meses imediatamente anteriores ao mês em que ocorrer a coleta de dados.

Relatório exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, na forma

[O órgão publica o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal) Lei de

A pontuação para este item somente será concedida

[O órgão publica o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal) Lei de

disciplinada nos Arts. 54 e 55. A pontuação para este item somente

40 [Relatório de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal)

[Gestão Fiscal?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal)

[No site a relação](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [dos contratados,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [com os](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [respectivos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml)

Responsabilidade1 Fiscal.

para os tribunais que tiverem publicado este 36

relatório, quadrimestralmente, pelo menos nos 3 (três) quadrimestres imediatamente anteriores ao mês em que ocorrer a coleta de dados.

Trata-se de publicação exigida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2020

[Relatório de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal) [Gestão Fiscal?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal/relatorio-de-gestao-fiscal)

[A relação dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [contratados, com](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [os respectivos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [valores pagos nos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml)

Responsabilidade1 Fiscal.

será concedida para os órgãos que tiverem publicado este relatório, quadrimestralmente, pelo menos nos 3 (três) quadrimestres imediatamente anteriores ao mês em que ocorrer a coleta de dados.

Trata-se de publicação exigida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias

Sem alteração.

42 [valores pagos nos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) Art. 128 da Lei 2

(LDO/2020). Para atender ao quesito, pode-se

38 [últimos três anos,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) Art. 128 da Lei 2

para o exercício de 2020 (LDO/2020). Para atender ao quesito, pode-

Sem alteração.

[últimos três anos,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) n.º 13.898/2019. [exceto os](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml)

[sigilosos, nos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [termos da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [legislação?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml)

observar a publicação do CNJ disponível no endereço: [https://www.cnj.jus.br/valores-pagos](http://www.cnj.jus.br/valores-pagos-)- aos-contratados-ldo

[exceto os](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [sigilosos, nos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [termos da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml) [legislação?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index5.xhtml)

n.º 13.898/2019.

se observar a publicação do CNJ disponível no endereço: [https://www.cnj.jus.br/valores-pagos-aos-contratados-](http://www.cnj.jus.br/valores-pagos-aos-contratados-ldo/)ldo/

LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

O site divulga as seguintes informações relativas a procedimentos licitatórios:

LICITAÇÕES, CONTRATOS E INSTRUMENTOS DE COOPERAÇÃO

O site divulga as seguintes informações relativas a procedimentos licitatórios:

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) ["Estudos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [Técnicos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [Preliminares",](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true)

Acórdão TCU n.º

Os Estudos Técnicos Preliminares antecedem a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico. Por meio desse documento, analisa-se a viabilidade e a estratégia para a contratação. Informamos que,

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) ["Estudos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [Técnicos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true)

[Preliminares" da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) Acórdão TCU n.º

Os Estudos Técnicos Preliminares antecedem a elaboração do Termo de Referência/Projeto Básico. Por meio desse documento, analisa-se a viabilidade e a estratégia para a contratação. Informamos que, para ser

1. [desde que não](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true)

[tenha sido](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [considerada](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [sigilosa?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true)

[A íntegra do](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Mapa](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Comparativo de](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Preços,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [documento que](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [contém a](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

1. [informação](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

2622/2015 – 2

Plenário.

Acórdão TCU n.º 2622/2015 – 2

para ser considerado válido, o link deve conter os Estudos Preliminares de todas as contratações, tanto de licitações quanto de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades).

Para ser considerado válido, o link deve conter o Mapa Comparativo de Preços, o qual embasou o

1. [Contratação,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true)

[desde que não](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [tenham sido](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [considerados](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true) [sigilosos?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=11&dispensa=true)

[A íntegra do](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Mapa](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Comparativo de](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Preços,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [documento que](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [contém a](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

1. [informação](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

2622/2015 – 2

Plenário.

Acórdão TCU n.º 2622/2015 – 2

considerado válido, o link deve conter os Estudos Preliminares de todas as contratações, tanto de licitações quanto de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades).

Para ser considerado válido, o link deve conter o Mapa Comparativo

Sem alteração.

Sem alteração.

[conclusiva sobre](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) Plenário.

[o ‘Valor](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

[Estimado da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Licitação’, desde](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [que não tenha](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [sido considerada](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [sigilosa?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

[A íntegra dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [editais de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [licitação com os](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [respectivos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

[anexos (o anexo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) Art. 6º, VII, “a”,

valor estimado da licitação.

[conclusiva sobre](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) Plenário.

[o ‘Valor](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

[Estimado da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [Licitação’, desde](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [que não tenha](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [sido considerada](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12) [sigiloso?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=12)

[A íntegra dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [editais de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [licitação com os](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [respectivos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

[anexos (o anexo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) Art. 6º, VII, “a”,

de Preços, o qual embasou o valor estimado da licitação.

[do edital inclui](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

da Resolução

[do edital inclui](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

da Resolução

[projeto básico ou](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) CNJ n.º [projeto básico ou](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) CNJ n.º

45 [termo de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [referência,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

215/2015, c/c o 3 Acórdão TCU n.º

41 [termo de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [referência,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

215/2015, c/c o 2 Acórdão TCU n.º

[minuta da ata de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) 2622/2015 – [minuta da ata de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) 2622/2015 –

[registro de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [preços, quando](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [for o caso, e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [minuta de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [contrato)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

[A íntegra dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes)

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

[registro de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [preços, quando](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [for o caso, e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [minuta de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao) [contrato)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/transparencia-licitacao)

[A íntegra dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes)

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

[questionamentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) da Resolução [questionamentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) da Resolução

[apresentados](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes)

[entre a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes)

1. [publicação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes)

[Edital e a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [abertura da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [sessão pública?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [A íntegra das](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [impugnações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [apresentadas](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

CNJ n.º

215/2015, c/c o 3 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

Questionamentos são dúvidas relativas às cláusulas

e termos do Edital que não implicam em pedido de 42 alterações de normas editalícias.

Impugnações são dúvidas substanciais relativas às cláusulas e aos termos do Edital que podem gerar

[apresentados](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [entre a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [publicação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [Edital e a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [abertura da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [sessão pública?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Questionamentos-Licitacoes) [A íntegra das](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [impugnações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [apresentadas](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

CNJ n.º

215/2015, c/c o 2 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

Questionamentos são dúvidas relativas às cláusulas e termos do Edital Sem alteração. que não implicam em pedido de alterações de normas editalícias.

Impugnações são dúvidas substanciais relativas às cláusulas e aos termos do Edital que podem gerar alterações das normas editalícias.

1. [entre a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

[publicação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

[Edital e a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [abertura da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [sessão pública?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

[O nome do](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index4.xhtml)

1. [vencedor da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index4.xhtml) [licitação?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index4.xhtml)

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=5&dispensa=true)

1. [contratos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=5&dispensa=true) [firmados?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=5&dispensa=true)

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true)

215/2015, c/c o 3 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

215/2015, c/c o 3 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

215/2015, c/c o 3 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 62, da Lei

alterações das normas editalícias. Tais 43

impugnações, uma vez acatadas, podem implicar na

suspensão, revisão ou revogação da licitação com a necessidade de republicação do Edital.

Considera-se vencedor da licitação a pessoa

jurídica classificada a quem foi adjudicado o 44

objeto.

A resposta será considerada válida caso o tribunal/conselho disponibilize a íntegra do contrato assinado por meio link de fácil identificação/acesso. O contrato ou instrumento

deve ser identificado pelo número e ano de 45

celebração. Ressalta-se que todos os contratos devem ser publicados, tanto os decorrentes de licitação quanto os resultantes de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades).

A resposta será considerada válida caso o Tribunal

[entre a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

[publicação do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [Edital e a](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [abertura da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes) [sessão pública?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes/Impugnacoes-Licitacoes)

[O nome do](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index4.xhtml) [vencedor da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index4.xhtml) [licitação?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/transparencia-saf/app/consulta/index4.xhtml)

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=5&dispensa=true) [contratos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=5&dispensa=true) [firmados?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=5&dispensa=true)

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true)

215/2015, c/c o 2 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

215/2015, c/c o 2 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

215/2015, c/c o 3 Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

Art. 62, da Lei

Tais impugnações, uma vez acatadas, podem implicar na suspensão, revisão ou revogação da licitação com a necessidade de republicação do Edital.

Considera-se vencedor da licitação a pessoa jurídica classificada a quem foi adjudicado o objeto.

A resposta será considerada válida caso o órgão disponibilize a íntegra do contrato assinado por meio link de fácil identificação/acesso. O contrato ou instrumento deve ser identificado pelo número e ano de celebração. Ressalta-se que todos os contratos devem ser publicados, tanto os decorrentes de licitação quanto os resultantes de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades).

Sem alteração.

Sem alteração.

Sem alteração.

[instrumentos que](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true) 8.666/93, arts. 91

publique o nstrumento que substitui o contrato,

[instrumentos que](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true) 8.666/93, arts. 91

A resposta será considerada válida caso o órgão publique o

1. [substituem o](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true) [contrato?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true)

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=14&dispensa=true)

e 95, da Lei 2

14.13321 e Lei

12.527/11

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

com fundamento no art. 62 da Lei n. 8.666/1993 ou 46 no art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

A resposta será considerada válida caso o tribunal/conselho disponibilize a íntegra do termo aditivo assinado. Ressalta-se que todos os termos

[substituem o](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true) [contrato?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000000&dispensa=true)

[A íntegra dos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=14&dispensa=true)

e 95, da Lei 2

14.13321 e Lei

12.527/11

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

instrumento que substitui o contrato, com fundamento no art. 62 da Lei n. 8.666/1993 ou no art. 95 da Lei n. 14.133/2021.

A resposta será considerada válida caso o órgão disponibilize a íntegra do termo aditivo assinado. Ressalta-se que todos os termos aditivos

Sem alteração.

1. [Termos Aditivos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=14&dispensa=true) 215/2015, c/c o 3

aditivos devem ser publicados, tanto os relativos a 47

[Termos Aditivos](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=14&dispensa=true) 215/2015, c/c o 3

devem ser publicados, tanto os relativos a contratos decorrentes de

Sem alteração.

[assinados?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=14&dispensa=true)

Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

contratos decorrentes de licitação quanto dos resultantes de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades).

[assinados?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=14&dispensa=true)

Acórdão TCU n.º 2622/2015 –

Plenário

licitação quanto dos resultantes de contratações diretas (dispensas e inexigibilidades).

O site divulga as seguintes informações concernentes a dispensas e inexigibilidades de licitação: O site divulga as seguintes informações concernentes a dispensas e inexigibilidades de licitação:

[A íntegra do](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [Projeto Básico,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [Termo de](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [Referência e](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false)

1. [documento](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false)

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

215/2015, c/c o 3

A resposta será considerada válida caso o tribunal/conselho disponibilize a íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documentos similares, nos casos de dispensas de licitação. Os

referidos documentos estabelecem os termos pelos 48

[A íntegra do](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [Projeto Básico,](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [Termo de](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [Referência e](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [documento](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false)

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

215/2015, c/c o 3

A resposta será considerada válida caso o órgão disponibilize a íntegra do Projeto Básico, Termo de Referência e documentos similares, nos casos de dispensas de licitação. Os referidos documentos estabelecem os termos pelos quais um serviço deve ser prestado ou um produto

Sem alteração.

[similar, desde que](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) Acórdão TCU n.º

quais um serviço deve ser prestado ou um produto

[similar, desde que](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) Acórdão TCU n.º

deve ser fornecido, antecedendo a minuta de Edital e as declarações de

[não tenha sido](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [considerado](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [sigiloso?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false)

[A íntegra da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) [autorização da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) [dispensa ou](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true)

2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

deve ser fornecido, antecedendo a minuta de Edital e as declarações de dispensa e inexigibilidade de licitação.

Para ser considerado válido, o link deve conter a

[não tenha sido](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [considerado](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false) [sigiloso?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=10000001&dispensa=true&licitacoes=false)

[A íntegra da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) [autorização da](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) [dispensa ou](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true)

2622/2015 –

Plenário

Art. 6º, VII, “a”,

da Resolução CNJ n.º

dispensa e inexigibilidade de licitação

Para ser considerado válido, o link deve conter a íntegra do documento em que a autoridade competente do órgão autoriza a dispensa ou inexigibilidade de licitação, **tanto para os casos de**

Ajuste redacional a permitir a remessa, além do portal do

1. [inexigibilidade de](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) 215/2015, c/c o 3

íntegra do documento em que a autoridade

49 [inexigibilidade de](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) 215/2015, c/c o 3

# contratações diretas regidas pela Lei n. 8.666/93 quanto para as

próprio órgão,

[licitação, desde](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true)

Acórdão TCU n.º

competente do órgão autoriza a dispensa ou

[licitação, desde](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true)

Acórdão TCU n.º

# contratações regidas pela Lei nº 14.133/21, devendo constar no

aos sítios

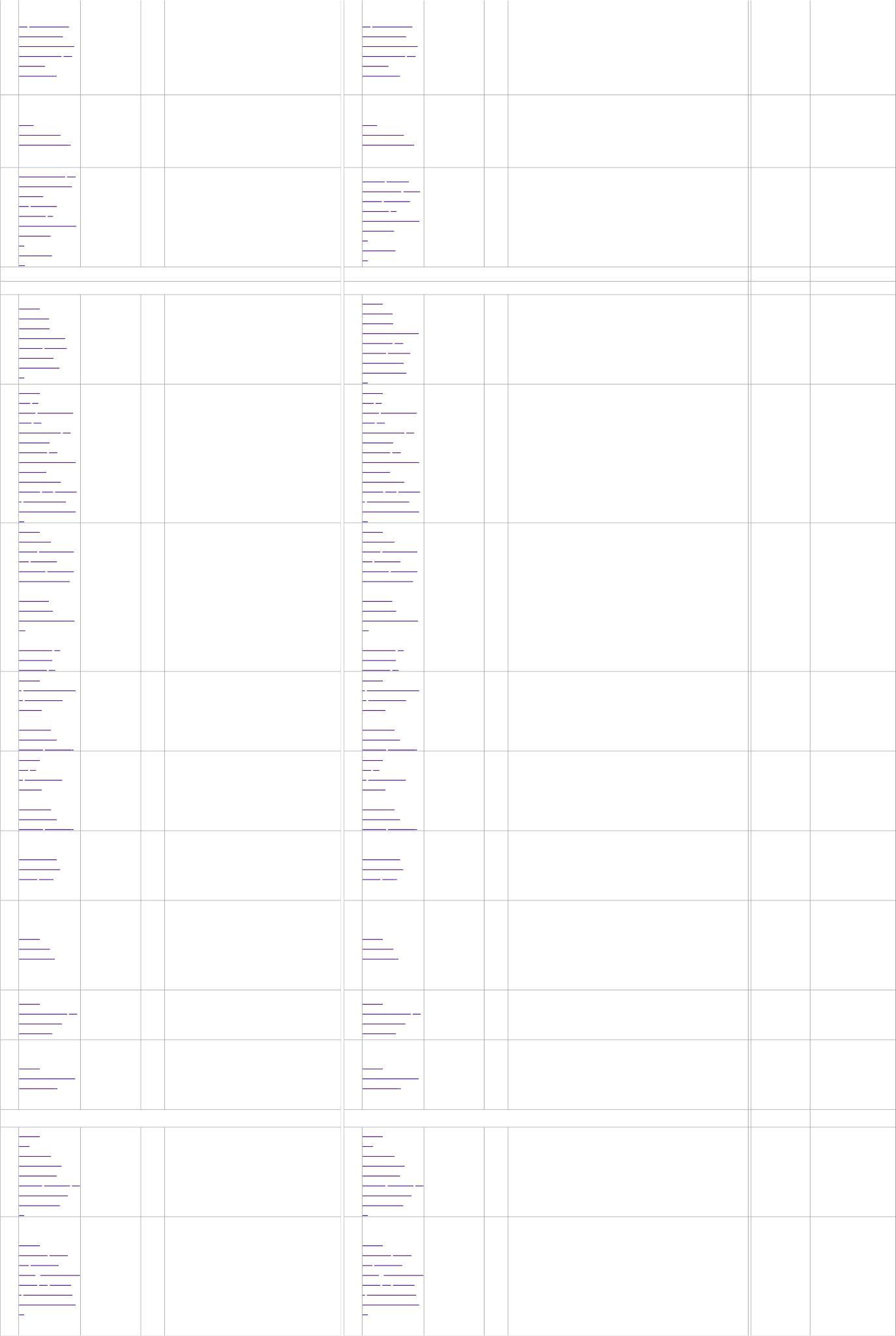
[que não tenham](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) 2622/2015 – [sido considerada](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) Plenário

inexigibilidade de licitação.

[que não tenham](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) 2622/2015 – [sido considerada](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true) Plenário

# sítio eletrônico o link onde os documentos estão publicados ou o eletrônicos do

**link do Portal Nacional de Contratações Públicas ou Comprasnet** ComprasNet e

[sigilosa?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true)

[sigilosa?](https://producao.app.tre-ms.jus.br/contratostransparencia/pesquisaDetalhada.jsf?tipodocumento=13&dispensa=true)

# Contratos.

Portal Nacional

de Contratações Públicas.

[O órgão publica](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [no site a íntegra](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [dos instrumentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [de cooperação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [(convênios,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [termos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [cooperação, de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [compromisso,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [protocolo de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes)

54 [intenções,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes)

[acordos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [cooperação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [técnica e outros](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [instrumentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [congêneres)](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [vigentes, exceto](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [os sigilosos, nos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [termos da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [legislação?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes)

Art. 129 da Lei 3 n.º 13.242/2015.

A resposta será considerada válida caso o órgão disponibilize em página que contemple todos os instrumentos de cooperação a íntegra dos instrumentos por meio link de fácil identificação/acesso.

[O órgão publica](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [no site a íntegra](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [dos instrumentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [de cooperação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [(convênios,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [termos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [cooperação, de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [compromisso,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [protocolo de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes)

50 [intenções,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes)

[acordos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [cooperação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [técnica e outros](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [instrumentos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [congêneres)](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [vigentes, exceto](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [os sigilosos, nos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [termos da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes) [legislação?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/instrumentos-de-cooperacao-vigentes-1/instrumentos-de-cooperacao-vigentes)

Art. 129 da Lei 3 n.º 13.242/2015.

A resposta será considerada válida caso o órgão disponibilize em página que contemple todos os instrumentos de cooperação a íntegra dos instrumentos por meio link de fácil identificação/acesso.

Sem alteração.

GESTÃO DE PESSOAS

O órgão publica:

[O Anexo III-a da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

Trata-se da divulgação da estrutura remuneratória do anexo III-a, referente aos cargos efetivos. Pode- se deixar um arquivo para cada ano com a explicação que a “data de início da vigência” é de anos anteriores. Ou seja, ainda que a última

GESTÃO DE PESSOAS

O órgão publica:

[O Anexo III-a da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

Trata-se da divulgação da estrutura remuneratória do anexo III-a, referente aos cargos efetivos. Pode-se deixar um arquivo para cada ano com a explicação que a “data de início da vigência” é de anos anteriores. Ou seja, ainda que a última alteração nas estruturas

1. [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

Resolução CNJ 3

n.º 102/2009.

alteração nas estruturas remuneratórias tenha sido 51

em 2017, por exemplo, o órgão continua a publicar

o mesmo arquivo, em campos específicos para 2018, 2019 e 2020. Assim, não resta dúvida de quando foi a última alteração e que o órgão continua com o compromisso de publicar a informação dando a maior transparência possível. Trata-se da divulgação da estrutura remuneratória do anexo III-b, referente aos cargos em comissão e funções de confiança. Pode-se deixar um arquivo para cada ano com a explicação que a “data de início da vigência” é de anos anteriores. Ou seja,

[Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

Resolução CNJ 3

n.º 102/2009.

remuneratórias tenha sido em 2019, por exemplo, o órgão continua a publicar o mesmo arquivo, em campos específicos para 2020, 2021 e 2022. Assim, não resta dúvida de quando foi a última alteração e que o órgão continua com o compromisso de publicar a informação dando a maior transparência possível.

Trata-se da divulgação da estrutura remuneratória do anexo III-b, referente aos cargos em comissão e funções de confiança. Pode-se deixar um arquivo para cada ano com a explicação que a “data de início da vigência” é de anos anteriores. Ou seja, ainda que a última

Sem alteração.

[O Anexo III-b da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) Resolução CNJ

ainda que a última alteração nas estruturas

[O Anexo III-b da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) Resolução CNJ

alteração nas estruturas remuneratórias tenha sido em 2019, por

1. [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

[O Anexo III-c da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

1. [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

n.º 102/2009. 3

Resolução CNJ 3 n.º 102/2009.

remuneratórias tenha sido em 2017, por exemplo, o 52 órgão continua a publicar o mesmo arquivo, em campos específicos para 2018, 2019 e 2020. Assim, não resta dúvida de quando foi a última alteração e

que o órgão continua com o compromisso de publicar a informação dando a maior transparência possível.

Trata-se da divulgação da estrutura remuneratória do anexo III-c referente aos membros da magistratura. Pode-se deixar um arquivo para cada ano com a explicação que a “data de início da vigência” é de anos anteriores. Ou seja, ainda que a

última alteração nas estruturas remuneratórias 53

tenha sido em 2017, por exemplo, o órgão continua

a publicar o mesmo arquivo, em campos específicos para 2018, 2019 e 2020. Assim, não resta dúvida de quando foi a última alteração e que o órgão continua com o compromisso de publicar a informação dando a maior transparência possível.

[Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

[O Anexo III-c da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iii/anexo-iii-estrutura-remuneratoria)

n.º 102/2009. 3

Resolução CNJ 3 n.º 102/2009.

exemplo, o órgão continua a publicar o mesmo arquivo, em campos específicos para 2019, 2020 e 2021. Assim, não resta dúvida de quando foi a última alteração e que o órgão continua com o compromisso de publicar a informação dando a maior transparência possível

Trata-se da divulgação da estrutura remuneratória do anexo III-c referente aos membros da magistratura. Pode-se deixar um arquivo para cada ano com a explicação que a “data de início da vigência” é de anos anteriores. Ou seja, ainda que a última alteração nas estruturas remuneratórias tenha sido em 2019, por exemplo, o órgão continua a publicar o mesmo arquivo, em campos específicos para 2020, 2021 e 2022. Assim, não resta dúvida de quando foi a última alteração e que o órgão continua com o compromisso de publicar a informação dando a maior transparência possível.

Sem alteração.

Sem alteração.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-a refere-se aos cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão

O órgão publica o Anexo IV da Resolução CNJ n. 102/2009, indicando especificamente os dados requeridos para:

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-a se refere aos cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente,

Inserida linha de subdivisão

[Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

1. [Alínea “a”](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)
2. [Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "b"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)
3. [Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "c"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)
4. [Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "d"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)
5. [Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

[Alínea "g"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

Resolução CNJ 3

n.º 102/2009.

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 3

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 2

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 3

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 2

atualizadas quadrimestralmente, até o décimo

quinto dia do mês subsequente ao de referência, 54

refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n. 0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV. Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-b refere-se aos cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas

quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do 55

mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n.

0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV. Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-c refere-se à origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente,

até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de 56

referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n. 0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de

setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-d refere-se à situação funcional dos servidores ativos do quadro de pessoal do órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas

quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do 57

mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n.

0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV. Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-g refere-se aos magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009.

Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente,

até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de 60

referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n. 0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de

setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-h refere-se ao quantitativos de beneficiários e dependentes de benefícios assistenciais, conforme Resolução CNJ nº

[Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

[Alínea “a”](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

[Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "b"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

[Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "c"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

[Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "d"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

[Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "g"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

Resolução CNJ 3

n.º 102/2009.

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 3

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 2

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 3

Resolução CNJ

n.º 102/2009. 2

até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n. 0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-b refere-se aos cargos em comissão e funções de confiança do quadro de pessoal do órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n.

0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-c refere-se à origem funcional dos ocupantes de cargos em comissão e funções de confiança, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n.

0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-d refere-se à situação funcional dos servidores ativos do quadro de pessoal do órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n. 0000342- 89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-g refere-se aos magistrados não integrantes do quadro próprio em exercício no órgão, conforme Resolução CNJ nº 102/2009. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n.

0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Trata-se da divulgação do quantitativo de cargos e funções. O anexo IV-h refere-se ao quantitativos de beneficiários e dependentes de benefícios assistenciais, conforme Resolução CNJ nº 102/2009 e Art. 108 da Lei nº 13.242/2015. Segundo a legislação

Sem alteração.

Sem alteração.

Sem alteração.

Sem alteração.

Sem alteração.

1. [Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "h"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

Resolução CNJ 3 n.º 102/2009.

102/2009 e Art. 108 da Lei nº 13.242/2015. Segundo a legislação vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso)

61 [Anexo IV -](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes) [Alínea "h"](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-iv/anexo-iv-quantitativo-cargos-funcoes)

Resolução CNJ 3 n.º 102/2009.

vigente as publicações do Anexo IV “serão atualizadas quadrimestralmente, até o décimo quinto dia do mês subsequente ao de referência, refletindo a posição do último dia dos meses de abril, agosto e dezembro” (grifo nosso) (ACD n.

0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do

Sem alteração.

(ACD n. 0000342-89.2010.2.00.0000, de 29 de

setembro de 2015). Portanto, os órgãos devem apresentar três arquivos por ano para cada alínea do Anexo IV.

Anexo IV.

[O Anexo V da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-v/anexo-v-membros-magistratura-agentes-publicos)

1. [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-v/anexo-v-membros-magistratura-agentes-publicos) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-v/anexo-v-membros-magistratura-agentes-publicos)

[O Anexo VI da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio)

Resolução CNJ 2 n.º 102/2009.

Resolução CNJ

Trata-se da divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos, efetivos ou não, conforme art. 3º, inc. III da Resolução CNJ nº 102/2009. A divulgação do

Anexo V deverá ocorrer, no mínimo, anualmente 62

ou quando houver modificação das relações. Para avaliação do item será observada a publicação no ano corrente.

Trata-se da divulgação da relação completa dos empregados de empresas contratadas, em exercício nos órgãos, conforme art. 3º, inc. IV da Resolução

[O Anexo V da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-v/anexo-v-membros-magistratura-agentes-publicos) [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-v/anexo-v-membros-magistratura-agentes-publicos) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-v/anexo-v-membros-magistratura-agentes-publicos)

[O Anexo VI da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio)

Resolução CNJ 2 n.º 102/2009.

Resolução CNJ

Trata-se da divulgação da relação completa de membros da magistratura e demais agentes públicos, efetivos ou não, conforme art.

3º, inc. III da Resolução CNJ nº 102/2009. A divulgação do Anexo V Sem alteração. deverá ocorrer, no mínimo, anualmente ou quando houver

modificação das relações. Para avaliação do item será observada a publicação no ano corrente.

Trata-se da divulgação da relação completa dos empregados de empresas contratadas, em exercício nos órgãos, conforme art. 3º, inc. IV da Resolução CNJ nº 102/2009. A divulgação do Anexo V deverá

1. [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio)

[nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio)

n.º 102/2009. 3

CNJ nº 102/2009. A divulgação do Anexo V deverá 63

ocorrer, no mínimo, anualmente ou quando houver modificação das relações. Para avaliação do item será observada a publicação no ano corrente.

Trata-se da divulgação da relação completa de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou

[Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio)

[nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio/anexo-vi-empregados-de-empresas-contratadas-em-exercicio)

n.º 102/2009. 3

ocorrer, no mínimo, anualmente ou quando houver modificação das relações. Para avaliação do item será observada a publicação no ano corrente.

Trata-se da divulgação da relação completa de servidores e/ou empregados não integrantes do quadro próprio, em exercício no órgão mediante requisição, cessão, exercício temporário ou qualquer outra

Sem alteração.

[O Anexo VII da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vii/anexo-vii-servidores-nao-integrantes-quadro) Resolução CNJ

qualquer outra forma, excluídos os ocupantes de

[O Anexo VII da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vii/anexo-vii-servidores-nao-integrantes-quadro) Resolução CNJ

forma, excluídos os ocupantes de cargos em comissão e funções de

1. [Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vii/anexo-vii-servidores-nao-integrantes-quadro) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vii/anexo-vii-servidores-nao-integrantes-quadro)

[Semestralmente,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [a Tabela de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [Lotação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

n.º 102/2009. 2

cargos em comissão e funções de confiança, 64

conforme art 3º, inc. V da Resolução CNJ nº 102/2009. A divulgação do Anexo V deverá ocorrer, no mínimo, anualmente ou quando houver modificação das relações. Para avaliação do item será observada a publicação no ano corrente.

[Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vii/anexo-vii-servidores-nao-integrantes-quadro) [nº 102/2009?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-vii/anexo-vii-servidores-nao-integrantes-quadro)

[Semestralmente,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [a Tabela de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [Lotação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

n.º 102/2009. 2

confiança, conforme art 3º, inc. V da Resolução CNJ nº 102/2009. A divulgação do Anexo V deverá ocorrer, no mínimo, anualmente ou quando houver modificação das relações. Para avaliação do item será observada a publicação no ano corrente.

Sem alteração.

[Pessoal (TLP), na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) Art. 6º, VII, “b”, [Pessoal (TLP), na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) Art. 6º, VII, “b”,

[qual constem](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

da Resolução

Trata-se da divulgação da Tabela de Lotação de

[qual constem](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

da Resolução

Trata-se da divulgação da Tabela de Lotação de Pessoal conforme

[todas as unidades](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) CNJ n.º [administrativas e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) 215/2015, c/c o

1. [judiciárias, com](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) art. 15, parágrafo 1

Pessoal conforme previsto no art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016. 65

[todas as unidades](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) CNJ n.º [administrativas e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) 215/2015, c/c o

[judiciárias, com](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) art. 15, parágrafo 1

previsto no art. 6º, VII, “b”, da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c o art. 15, parágrafo único, da Resolução CNJ nº 219/2016.

Preferencialmente, o órgão deve publicar a TLP a identificação

Sem alteração.

[identificação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

[nominal dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

único, da Resolução CNJ

Preferencialmente, o órgão deve publicar a TLP a

identificação nominal dos servidores, porém, se não

[identificação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

[nominal dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

único, da Resolução CNJ

nominal dos servidores, porém, se não o fizer, o item poderá ser

considerado atendido. **Para avaliação do item deve ser observada a**

[servidores, cargos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) n.º 219/2016.

[efetivos, cargos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

[em comissão e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [funções](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [ocupadas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

[A relação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [membros e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [servidores que se](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados)

o fizer, o item poderá ser considerado atendido.

Trata-se da divulgação da relação de membros e servidores que se encontram afastados para exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública, conforme art. 6º, VII, “e”,

[servidores, cargos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) n.º 219/2016.

[efetivos, cargos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

[em comissão e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [funções](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal) [ocupadas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/tabelas-de-lotacao-de-pessoal)

[A relação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [membros e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [servidores que se](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados)

# publicação no ano 2022

Trata-se da divulgação da relação de membros e ervidores que se encontram afastados para exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública, conforme art. 6º, VII, “e”, da Resolução CNJ

[encontram](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados)

Art. 6º, VII, “e”,

da Resolução CNJ nº 215/2015. Se o

[encontram](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados)

Art. 6º, VII, “e”,

nº 215/2015. Se o órgão não possuir membros e servidores que se

[afastados para o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) da Resolução

tribunal/conselho não possuir membros e

[afastados para o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) da Resolução

encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da

1. [exercício de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [funções em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [outros órgãos da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [Administração](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [Pública?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados)

[A remuneração e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento)

CNJ n.º 215/2015

2 servidores que se encontram afastados para o 66

exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública, deverá criar link/página específica contendo essa informação (exemplo: “O tribunal X não possui membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública”).

[exercício de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [funções em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [outros órgãos da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [Administração](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados) [Pública?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/relacao-de-membros-e-servidores-afastados)

[A remuneração e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento)

CNJ n.º 215/2015

2 Administração Pública, deverá criar link/página específica contendo essa informação (exemplo: “O tribunal X não possui membros e servidores que se encontram afastados para o exercício de funções em outros órgãos da Administração Pública”). Para avaliação do item deve ser observada a publicação no ano corrente.

Sem alteração.

[os proventos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) Art. 6º da

Trata-se da divulgação da remuneração e proventos

[os proventos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) Art. 6º da

Trata-se da divulgação da remuneração e proventos de membros,

[membros,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento)

Resolução CNJ

de membros, servidores, ativo, aposentado,

[membros,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento)

Resolução CNJ

servidores, ativo, aposentado, pensionista e colaboradores, conforme

71 [servidores, ativo,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) n.º 215/2015, c/c 3

pensionista e colaboradores, conforme art. 6º da

67 [servidores, ativo,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) n.º 215/2015, c/c 3

art. 6º da Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Resolução CNJ nº

Sem alteração.

[aposentado,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) [pensionista e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) [colaboradores?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) [Mensalmente, as](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [diárias e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [passagens](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [concedidas, por](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [nome e cargo do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

a Resolução CNJ n.º 102/2009.

Resolução CNJ nº 215/2015 c/c a Resolução CNJ nº 102/2009.

A publicação deverá ser feita, no mínimo, mensalmente. Devem constar todos os campos listados no item (principais campos divulgados: cargo, data específica, destino motivo da viagem e

[aposentado,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) [pensionista e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) [colaboradores?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/anexo-viii/anexo-viii-detalhamento-folha-pagamento) [Mensalmente, as](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [diárias e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [passagens](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [concedidas, por](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [nome e cargo do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

a Resolução CNJ n.º 102/2009.

102/2009. Não serão aceitos links que direcionem para preenchimento de cadastros ou quaisquer outras formas de pré-requisitos de acesso.

A publicação deverá ser feita, no mínimo, ensalmente. Devem constar todos os campos listados no item (principais campos divulgados: cargo, data específica, destino motivo da viagem e o valor das diárias

[favorecido, além](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) Art. 3º, VI, da

o valor das diárias pagas e/ou dos bilhetes

[favorecido, além](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) Art. 3º, VI, da

pagas e/ou dos bilhetes emitidos). A lista divulgada deve ser

72 [da data, o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

Resolução CNJ 3

emitidos). A lista divulgada deve ser apresentada

68 [da data, o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

Resolução CNJ 3

apresentada de forma organizada em tabela com os campos separados Sem alteração.

[destino, o motivo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) n.º 102/2009. [da viagem e o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

[valor das diárias](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [pagas e/ou dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [bilhetes](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [emitidos?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

[O tribunal](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [divulga os nomes](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [dos servidores](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho)

[que atuam no](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) Art. 5º, § 8º, da

1. [regime de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) Resolução CNJ 2 [teletrabalho, com](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) n.º 227/2016. [atualização](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho)

[mínima](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [semestral?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho)

[O tribunal](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [divulga na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [internet a relação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [dos profissionais](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

de forma organizada em tabela com os campos separados por colunas. As informações devem ser de fácil acesso limitando a navegação a, no máximo, três links bem visíveis na página para visualização da tabela.

Trata-se da divulgação dos servidores que atuam em teletrabalho, conforme prevê o art. 5º, §8º, da Resolução CNJ nº 227/2016. Se o tribunal/conselho

não possuir servidores em teletrabalho, deverá criar 69 link/página específica contendo essa informação (exemplo: “O tribunal X não possui servidores em teletrabalho”).

Acesso a link que disponibilize a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e Órgãos Técnicos ou

[destino, o motivo](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) n.º 102/2009. [da viagem e o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

[valor das diárias](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [pagas e dos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [bilhetes](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu) [emitidos?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/diarias%20_passagens_menu)

[O tribunal](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [divulga os nomes](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [dos servidores](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho)

[que atuam no](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) Art. 5º, § 8º, da [regime de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) Resolução CNJ 2 [teletrabalho, com](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) n.º 227/2016. [atualização](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho)

[mínima](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [semestral?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-cnj/recursos-humanos-e-remuneracao/Teletrabalho) [O tribunal](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [divulga na](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

[internet a relação](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [dos profissionais](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [ou órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

por colunas. As informações devem ser de fácil acesso limitando a navegação a, no máximo, três links bem visíveis na página para visualização da tabela.

Trata-se da divulgação dos servidores que atuam em teletrabalho, conforme prevê o art. 5º, §8º, da Resolução CNJ nº 227/2016. Se o órgão não possuir servidores em teletrabalho, deverá criar link/página específica contendo essa informação (exemplo: “O tribunal X não possui servidores em teletrabalho”). Para avaliação do item deve ser observada a publicação no ano corrente.

Acesso a link que disponibilize a relação dos profissionais ou órgãos cadastrados no Cadastro Eletrônico de Peritos e órgãos Técnicos ou

Sem alteração.

Critério NÃO

[ou órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

1. [cadastrados no](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Cadastro](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Eletrônico de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Peritos e Órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Técnicos ou](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Científicos?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

Art. 3º da

Resolução CNJ 2 n.º 233/2016.

Científicos. Se o tribunal/conselho não possuir Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos, deverá criar link/página específica contendo essa informação (exemplo: “O tribunal X não possui Peritos e Órgãos Técnicos ou Científicos”).

[cadastrados no](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

70 [Cadastro](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Eletrônico de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Peritos e Órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Técnicos ou](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [Científicos (Não](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [se aplica aos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec) [TREs)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/cadastro-eletronico-de-peritos-e-orgaos-tecnicos-ou-cientificos-cptec)

Art. 3º da

Resolução CNJ 2 n.º 233/2016.

Científicos. Se o Tribunal não possuir Peritos e órgãos Técnicos ou Científicos, deverá criar link/página específica contendo essa informação (exemplo: “O tribunal X não possui Peritos e órgãos Técnicos ou Científicos”).

MAIS SE APLICA à

Justiça Eleitoral.

AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O site apresenta:

Art. 8º, II, primeira parte e

Para os órgãos federais, o item se refere ao relatório de gestão e das demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas, conforme exigência do Tribunal de Contas da União para fins

AUDITORIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O site apresenta:

Art. 8º, II, primeira parte e

Para os órgãos federais, o item se refere ao relatório de gestão e das demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas, conforme exigência do Tribunal de Contas da União para fins de

[Prestações de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas)

1. [contas do ano](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas) [anterior?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas)

[Relatório Anual](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [de Atividades](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [Exercidas,](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [Certificado de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [Auditoria](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

III, da IN TCU

n.º 84/2020 e legislações 2

estaduais sobre prestação de contas

Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ

de prestação de contas dos administradores

responsáveis pela gestão, nos moldes definidos pela 71 IN TCU n. 84/2020, art. 8º II, primeira parte, e III,

ainda que não haja o julgamento de contas no ano de referência. No caso dos órgãos estaduais, o item se destina às exigências previstas na legislação estadual para fins de prestação de contas dos administradores responsáveis pela gestão.

O item trata do Relatório Anual de Atividades Exercidas, previsto na Resolução CNJ. 308/2020, arts. 4º e 5º, apresentado no ano anterior ao Ranking e, portanto, referente ao ano anterior ao da respectiva apresentação. Por exemplo, se o Ranking

[Prestações de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas) [contas do ano](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas) [anterior?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/prestacao-de-contas)

III, da IN TCU

n.º 84/2020 e legislações 2

estaduais sobre prestação de contas

prestação de contas dos administradores responsáveis pela gestão, nos

moldes definidos pela IN TCU n. 84/2020, art. 8º II, primeira parte, e Sem alteração. III, ainda que não haja o julgamento de contas no ano de referência.

No caso dos órgãos estaduais, o item se destina às exigências previstas na legislação estadual para fins de prestação de contas dos administradores responsáveis pela gestão.

Divisão do critério anterior em dois itens,

O item trata do Relatório Anual de Atividades Exercidas, previsto nos prorporcionando Audin mencionou que os

[contendo o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

n.º 308/2020; art

é em 202X, será avaliado o relatório apresentado

[Relatório Anual](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) Arts. 4º e 5º da

arts. 4º e 5º da Resolução CNJ n. 308/2020, apresentado em 2022, que valoração de 6

itens exigidos

1. [Parecer do Órgão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) 13, § 6º, da IN 3

em 202X-1 que se refere às atividades de 202X-2.

72 [de Atividades](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

Resolução CNJ 3

se refere às atividades de 2021. **Caso ainda não tenha havido**

pontos,

encontram-se, desde já,

[de Controle](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

TCU n.º 84/2020

Caso ainda não tenha havido pronunciamento em

[Exercidas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

n.º 308/2020.

# pronunciamento final em relação ao relatório, o documento deve

correspondente disponbilizados em

[Interno (órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [federais) e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [demais](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [exigências da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [legislação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

e; legislações estaduais.

relação ao relatório, o documento deve constar conforme foi apresentado para deliberação. Para os órgãos regidos pela IN TCU n. 84/2020, é necessária, ainda, a apresentação de certificado de auditoria contendo o parecer do órgão de controle

# constar conforme foi apresentado para deliberação

ao dobro da pontuação de 2022.

Ressalva quanto

portal da transparência.

[prestação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [contas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

interno emitido em razão da auditoria nas contas do ano anterior ao Ranking. Os órgãos estaduais devem atender as exigências previstas pelos órgãos de controle externo respectivos para a atuação das unidades de auditoria interna em relação às contas do ano anterior ao Ranking.

[Certificado de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [Auditoria](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [contendo o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle)

Arts. 4º e 5º da Resolução CNJ

à apresentação do Relatório Anual conforme fora apresentado para deliberação, quando ainda pendente de

Para os órgãos regidos pela IN TCU n. 84/2020, é necessária, ainda, a pronunciamento

apresentação de certificado de auditoria c**ontendo o parecer do órgão** final.

[Parecer do Órgão](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) n. 308/2020; art.

# de controle interno emitido em razão da auditoria nas contas do

Sem alteração

[Publicação da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle)

[decisão quanto à](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) Acórdão TCU n.º [regularidade das](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) 2.622/2015 –

1. [contas proferida](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) 1

Decisão do Órgão de Controle Externo na qual aprecia as contas do Tribunal ou Conselho. Para

efeitos do ranking da transparência, caso no 73

referido ano o Órgão de Controle Externo não tenha exigido a apresentação da prestação de contas, o link deve conter a informação sobre essa situação, de forma a justificar a ausência de publicação da referida decisão. (Exemplo de ausência de decisão: clique aqui). Exemplo de

[de Controle](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [Interno (órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [federais) e](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [demais](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [exigências da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [legislação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [prestação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [contas (órgãos](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [estaduais)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle)

13, § 6o, da IN TCU n. 84/2020,

e legislações 3

estaduais. Art. 13, § 6o, da IN TCU n. 84/2020,

e legislações estaduais.

**ano de 2022**. Os órgãos estaduais devem atender às exigências previstas pelos órgãos de controle externo respectivos para a atuação das unidades de auditoria interna em relação às contas do ano anterior ao Ranking. Da mesma forma que orientado no item anterior, além da publicação das exigências previstas em legislações estaduais, é necessária a indicação, de forma clara e objetiva, do fundamento normativo que rege a prestação de contas.

quanto ao item 73.

[pelo Órgão de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [Controle](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [Externo?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle)

Plenário. Boas

Práticas.

decisão: clique aqui). Caso tenha sido exigida a apresentação, mas as contas ainda estejam no prazo para apresentação ou ainda não tenha havido o julgamento pelo Órgão de Controle Externo, deve constar a informação correspondente, de igual

modo (Exemplo de informações: "Contas dentro do 74

[Publicação da](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle)

[decisão quanto à](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) Acórdão TCU n.º [regularidade das](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) 2.622/2015 –

[contas proferida](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) 1

Decisão do órgão de Controle Externo na qual aprecia as contas do Tribunal ou Conselho. Para efeitos do ranking da transparência, caso no referido ano o órgão de Controle Externo não tenha exigido a apresentação da prestação de contas, o link deve conter a informação sobre essa situação, de forma a justificar a ausência de publicação da referida decisão. (Exemplo de ausência de decisão: clique aqui).

Sem alteração.

Audin mencionou que os itens exigidos

encontram-se, desde já,

prazo para apresentação" ou "Contas ainda não julgadas").

[pelo Órgão de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [Controle](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle) [Externo?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/prestacao-de-contas/relatorio-certificado-de-auditoria-parecer-do-orgao-de-controle)

Plenário. Boas Práticas.

(Exemplo de decisão: clique aqui). Caso tenha sido exigida a apresentação, mas as contas ainda estejam no prazo para apresentação ou ainda não tenha havido o julgamento pelo órgão de Controle Externo, deve constar a informação correspondente, de igual modo (Exemplo de informações: "Contas dentro do prazo para apresentação" ou "Contas ainda não julgadas").

disponbilizados em portal da transparência.

[Plano Anual de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [Auditoria e o](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

75

O item tem o objetivo de verificar a publicação do

[Plano Anual de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [Auditoria](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [(PAA)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

Resolução CNJ

n.º 309/2020, 3

Seção IV.

O item tem o objetivo de verificar a publicação do Plano Anual de Auditoria do ano corrente.

Divisão do critério anterior em dois itens, prorporcionando valoração de 6 pontos,

Audin mencionou que os

1. [Plano Anual de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) [Capacitação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

Resolução CNJ

n.º 309/2020, 2

Plano Anual de Auditoria e do Plano Anual de Capacitação de Auditoria do ano da aplicação do

correspondente a itens exigidos

mais 4 pontos encontram-se, desde já,

[Auditoria (PAC-](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) arts. 32 e 69

[Aud)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

questionário.

[Plano Anual de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

76 [Capacitação de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

Resolução CNJ

n.º 309/2020, 3

O item tem o objetivo de verificar a publicação do Plano Anual de

em relação à

2022.

Sem alteração

disponbilizados em

portal da transparência.

[Auditoria (PAC-](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria) arts. 69 a 73. [Aud)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/auditoria-interna/planos-de-auditoria)

Capacitação de Auditoria do ano corrente.

quanto aos critérios avaliativos.

SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

O órgão publica:

[O Plano de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

SUSTENTABILIDADE E ACESSIBILIDADE

O órgão publica:

[O Plano de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

O PLS é um documento que deve ser elaborado por cada órgão do Poder Judiciário, com base no art. 5º da Resolução CNJ n. 400/2021, sendo instituído por ato do Presidente do órgão e publicado em seu sítio eletrônico. Trata-se de um planejamento, alinhado à Estratégia

[Logística](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

Resolução CNJ

O PLS é um documento que deve ser elaborado por

[Logística](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

Resolução CNJ

Nacional do Judiciário e ao Plano Estratégico do respectivo órgão, no Ajuste

1. [Sustentável](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

no 400/2021. 3

cada órgão do Poder Judiciário, com base no art. 5º 77

[Sustentável](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

n.º 400/2021. 3

qual devem constar indicadores, metas, metodologia de

redacional. Sem

[(PLS)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

Boas práticas.

da Resolução n. 400/2021

[(PLS)?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

Boas práticas.

implementação, de monitoramento e de avaliação dos resultados. Para alteração. que o órgão obtenha a pontuação referente a este item, o Plano de

Logística Sustentável disponibilizado em sua página da internet deve estar em conformidade com todos os requisitos dispostos no art. 7º da Resolução CNJ n. 400/2021 e compreender o período de 2021 a 2026.

A Resolução n. 400/2021 estabelece um rol mínimo de temas que devem ser abordados no PLS (tais como água e esgoto, energia elétrica e gestão de resíduos). Para que se possa alcançar as metas

Para que se possa alcançar as metas previstas para os indicadores de cada tema previsto no PLS do órgão, faz-se necessária a elaboração de um plano de ações. Esse plano visa detalhar as etapas que deverão ser seguidas, com seus respectivos prazos e responsáveis, para o

atingimento do objetivo final. O plano de ações não precisa integrar o Ajuste

1. [Os planos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

[ação do PLS?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

Boas práticas 3

previstas para os indicadores de cada tema, faz-se 78 necessária a elaboração de um plano de ações, conforme modelo disponibilizado no portal do

CNJ. O plano de ações não precisa integrar o texto do PLS ou vir como anexo.

[Os planos de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

[ação do PLS?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

Boas práticas. 3

texto do PLS ou vir como anexo, podendo ser elaborado e alterado

com autorização e aprovação da Comissão Gestora do PLS, na periodicidade que se julgar necessário. Para que o órgão obtenha a pontuação referente a este item, o plano de ações disponibilizado em sua página na internet deve estar em conformidade com os requisitos dispostos no art. 9º da Resolução CNJ n. 400/2021 e ter clareza sobre as ações realizadas no ano de 2022.

redacional. Sem alteração.

[Os Relatórios](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental) [anuais de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

1. [desempenho do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

[PLS?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

[O](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[tribunal/conselho](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Resolução CNJ

no 400/2021. 3

Boas práticas.

79

Refere-se ao relatório previsto no art. 10 da Resolução CNJ n. 400/2021 no qual constarão os resultados apurados relativos aos indicadores de desempenho e às ações do PLS dos órgãos.

80

Consideram-se manifestações públicas, para fins de cumprimento deste item: propagandas,

[Os Relatórios](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental) [anuais de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental) [desempenho do](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental) [PLS?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-socioambiental/transparencia-socioambiental)

A composição e o contato da Comissão Gestora do PLS?

[O órgão utiliza](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) [intérprete de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Resolução CNJ

n.º 400/2021. 3

Boas práticas.

Boas práticas. 1

Deve disponibilizar os resultados do desempenho anual dos indicadores do PLS, e suas respectivas metas, e das ações constantes do plano de ações, tendo como ano base o ano de 2022, por meio de relatórios (pdf) ou painéis de Business Intelligence, em sua página na internet. Não serão aceitos, para efeito de pontuação, resultados relativos a anos anteriores a 2022.

Deve disponibilizar, na página da sustentabilidade do sítio eletrônico do órgão, a composição atualizada da Comissão Gestora do PLS e respectivo contato, de forma a possibilitar a troca de informações entre as Comissões Gestoras do PLS dos órgãos. Não se trata do link de publicação do ato normativo de instituição, mas, sim, do link da página com a disponibilização da lista dos membros da comissão.

Sem alteração.

Item inédito 2023.

CGPLS mencionou já ter implementado tal item em portal da transparência.

[utiliza intérprete](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) Art. 4º, I e VI, da

pronunciamentos oficiais, vídeos, eventos, sessões

[linguagem](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Art. 4º, I e VI, da

O item avalia o uso em: propagandas, pronunciamentos, vídeos,

1. [de linguagem](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Resolução CNJ 3

de julgamento e demais reuniões. As páginas dos

81 [brasileira de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Resolução CNJ 3

eventos, sessões de julgamento e reuniões. Não pontuam: páginas do

Sem alteração.

[brasileira de](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) [sinais em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) [manifestações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) [públicas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[O](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

no 401/2021.

tribunais na web não são consideradas manifestações públicas para avaliação do item, por conseguinte, os softwares de libras inseridos nos sites também não são considerados para avaliação. Consideram-se manifestações públicas, para fins de cumprimento deste item: propagandas, redes sociais, vídeos e fotos. As legendas automáticas do

[sinais, Libras, em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) n. 401/2021 [manifestações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[públicas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

próprio sítio eletrônico, nem softwares de libras nelas inseridos.

ASCOM realizará

[tribunal/conselho](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) Art. 4º, I e VI, da

83 [utiliza legenda](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) Resolução CNJ 3 [em manifestações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) no 401/2021. [públicas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Youtube não são consideradas para avaliação deste item, visto que essas legendas são geradas por algoritmos, podendo ocorrer divergência entre o texto e o áudio, o que prejudica a acessibilidade. Em razão disso, o item 84 só é considerado se as legendas forem produzidas pelo tribunal para os respectivos conteúdos.

[O órgão utiliza](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

82 [legenda em](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[manifestações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[públicas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[O órgão utiliza](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) [audiodescrição](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Art. 4º, I e VI, da Resolução CNJ 3 n. 401/2021

Art. 4º, I e VI, da

O item avalia o uso em: propagandas, redes sociais, vídeos e fotos. Só

pontuam legendas produzidas pelo próprio órgão, o que exclui versões Sem alteração. automáticas do Youtube.

O item avalia o uso em: propagandas, redes sociais, vídeos e fotos. A audiodescrição traduz conteúdos visuais, como fotos e vídeos, para o pleno acesso por pessoas com deficiência visual. Ela integra o som

ressalva quanto à impossibilidade de uso de legendas geradas automaticamente pelo Youtube.

83 [em manifestações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) Resolução CNJ 1

original e descreve elementos como ações, roupas, pessoas e lugares.

Sem alteração.

[O](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[tribunal/conselho](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Consideram-se manifestações públicas, para fins de cumprimento deste item: propagandas, redes sociais, vídeos e fotos. A audiodescrição consiste no trabalho de traduzir imagem ou vídeo para que se tenha uma compreensão completa de conteúdos

[públicas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

[O portal (sítio)](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [institucional](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

n. 401/2021

Art. 6º, § 4º , VIII, da

Deve-se narrar os elementos vitais à compreensão. Não pontuam: recursos de legendas de fotos e vídeos, nem conversão de textos em áudio que não cumpram a função.

Item de numeração

[utiliza](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

84 [audiodescrição](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

Art. 4º, I e VI, da

Resolução CNJ 1

audiovisuais por pessoas com deficiência visual.

Ela consiste numa narração integrada ao som

[permite o acesso](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) Resolução CNJ [ao conteúdo para](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) n.º 215/2015; art.

O sítio eletrônico institucional permite o acesso ao conteúdo disponível para pessoas com deficiência, garantindo assim o

antiga identada

sob n.º 35, com Realizado teste em

ASESWEB na data de

[em manifestações](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete) no 401/2021.

[públicas?](https://www.tre-ms.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao/servicos-de-interprete)

original, contendo descrições de ações, elementos

visuais, como roupas, pessoas, expressões e cenários, além de outras informações relevantes.

[pessoas com](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

[deficiência, em](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [atendimento ao](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

8º , § 3º , VIII, da

Lei n.º 12.527/11; art.

atendimento à Resolução CNJ nº 215/2015 (Art. 6º, § 4º, VIII); Art. 2º, § 2º, da Resolução CNJ nº 401/202 e as boas práticas previstas na

ajuste

redacional, porquanto

hoje, conforme critérios eMAG, com resultado

Assim, os recursos de legenda de fotos e vídeos,

bem como tradução de texto em áudio não podem ser considerados audiodescrição.

84 [estabelecido pela](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) 17 da Lei n.º 3

[Resolução CNJ](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) 10.098; art. 9º da [no 215/2015 (art.](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) Convenção sobre

Resolução CNJ nº 370/2021, e em aderência ao Modelo de

Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) que consiste em um conjunto de recomendações a ser considerado para que o processo de

mencionava a ENTIC-JUD e

agora faz

de 96,92%. Em sítio

acessibilidade.pt, alcançou-se resultado de

[6º, § 4º, VIII) e,](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) os Direitos das

acessibilidade dos sítios e portais do governo brasileiro seja conduzido referência à

9.7, igualmente

[em aderência ao](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) Pessoas com

de forma padronizada e de fácil implementação.

Resolução CNJ satisfatório.

[Modelo de](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) [Acessibilidade](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms)

Deficiência, aprovada pelo

n.º 215/2015.

Entretando, não

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | [em Governo](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) | | | Decreto Legislativo no 186/2008; art. 2º,  § 2º, da Resolução CNJ n.º 401/2021;  Boas práticas previstas na Resolução CNJ n.º 370/2021 |  |  | identificada mudança em fundamentação legal. |  |
| [Eletrônico](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) |  |  |
| [(eMAG).](https://www.tre-ms.jus.br/acessibilidades-tre-ms) |

# Ø AÇÕES A SEREM TOMADAS / ENCAMINHAMENTOS

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AÇÃO** | **RESPONSÁVEL** | **PREVISÃO** |
| Adaptações, atendimento aos itens inéditos, além da revisão de *links* inoperantes, informações desatualizadas e exigências previstas em glossário, para cada quesito do Ranking da Transparência 2023. | GT | 20/04/2023. |

**Ø PRÓXIMA REUNIÃO**

A Comissão deliberou pela realização de reunião no dia 24/04/2023.

# Ø INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião e lavrada a presente ata.

As aprovações dos integrantes da reunião serão consignadas mediante assinatura no sistema SEI!

**APROVAÇÕES**



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO HARUO BRAGA NAGATA Assessor (a)**, em 17/04/2023, às 16:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **DENISE CICALISE BOSSAY Coordenador(a)**, em 17/04/2023, às 16:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **MONICA MAYUMI AGUNI Técnico Judiciário**, em 18/04/2023, às 13:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **LADISLAU DE OLIVEIRA DOS SANTOS Analista Judiciário**, em 18/04/2023, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEM VERÔNICA FANAIA MIQUILINO**, **Técnico Judiciário**, em 19/04/2023, às 17:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **HELOISA SILVA SERAPHIM Técnico Judiciário**, em 20/04/2023, às 08:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **WANDERSON BEZERRA DE AZEVEDO Oficial de Gabinete**, em 24/04/2023, às 16:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0>informando o código verificador **1419992** e o código CRC **E0D09097**